



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18/10/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 17ª audiência pública do ano 2017, a primeira audiência pública regimental referente ao orçamento 2018.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade* nos dias 10/10/2017, 11/10/2017, 14/10/2017 e 18/10/2017. Duas publicações em jornais de grande circulação: no *Estado de S. Paulo*, dia 16/10/2017 e *Folha de S. Paulo*, 17/10/2017. O projeto de lei do orçamento está disponível no site da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública tem como objetivo debater os seguintes projetos: PL 686/2017, do Executivo, que estima receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2018, Orçamento Municipal de 2018 e também o PL 687/2017, do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, PPA.

Registro a presença dos nobres Vereadores Eduardo Suplicy; Aurélio Nomura, líder do Governo e membro desta Comissão; Eduardo Tuma, Vice-presidente desta Casa; Ricardo Nunes, relator do orçamento para o ano de 2018; Atilio Francisco, relator para o PPA, que justificou que chegará às 11 horas. Já presente, mais uma vez conosco, o nosso digníssimo Secretário Caio Megale.

Iniciaremos uma tarefa longa e necessária para debater no orçamento da cidade de São Paulo, ou seja, algo maior do que 56 bilhões de reais que nortearão o orçamento da cidade de São Paulo para o ano de 2018.

Tem a palavra o Sr. Secretário Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda.

O SR. CAIO MEGALE – Bom dia a todos.

Farei breves comentários sobre as premissas e os números gerais da proposta de orçamento para 2018, que encaminhamos à Câmara e começam, agora, os debates com a sociedade, as oitivas e as discussões entre os Vereadores, liderados pelo Relator Ricardo

Nunes.

Com a discussão do orçamento para o ano que vem, nós encaminhamos – como temos de fazer no início de cada Gestão –, o Plano Plurianual, o PPA, que traz premissas e linhas gerais da execução orçamentária e dos principais projetos, agora, de forma numérica, não só no Plano de Metas, mas orçamentariamente, para os próximos até 2021.

A PLOA 2018, a Proposta de Lei Orçamentária 2018 e o PPA 2018 a 2020 começam, então, a serem discutidos agora, dado que a fase de elaboração, dentro da Secretaria da Fazenda, com as demais Secretarias da Prefeitura, se encerrou.

Vou começar falando, um pouco, sobre as premissas macroeconômicas que estão por trás da expectativa de receita, principalmente, né. Nós seguimos a projeção oferecida pelo Banco Central, que é resultado da média das projeções feitas por analistas do setor privado e do setor público, coletadas pelo Banco Central. Mencionaria duas principais linhas aqui: a projeção de crescimento do PIB, que está em 0,5% em 2017; 1,5 em 2018 e 2% em 2019. Essa premissa foi utilizada no momento da elaboração das contas. Essa, que aparece no quadro, é a mais recente. Já estamos com uma projeção de 2% para o ano que vem, e há quem diga que o crescimento do PIB pode ser um pouco mais intenso, até, que 2%.

Essa recuperação da economia proporciona uma retomada das receitas tributárias, especialmente do ISS que é mais ligado ao ciclo econômico, do IPVA e do ICMS também, que vêm repassados do Estado.

Com essa premissa de recuperação, pudemos projetar um crescimento maior das receitas tributárias para o ano que vem. A mesma coisa eu diria do ponto de vista das receitas de capital. As nossas projeções de receita capital são elas menores, porque tem uma boa parte das receitas de capital que vêm sendo frustradas nos últimos anos. Nós adequamos à realidade. Em compensação, temos o projeto, o Programa de Desestatização e Parcerias, que pode render receitas de capital já para o ano que vem, e nós colocamos isso no orçamento.

A outra variável, que eu chamaria a atenção, diz respeito às projeções de inflação.

A projeção de inflação para este ano é de 3,5, bem abaixo do que foi a inflação nos últimos anos, e 4,2 para o ano que vem. Essa inflação de 3,5 deste ano merece atenção, porque ela dificulta muito a queda da inflação, ela dificulta a execução orçamentária no ano que ela acontece, mas facilita a execução orçamentária no ano seguinte ao ano que ela acontece. Eu explico. As despesas da Prefeitura, as despesas do setor público e da Prefeitura em particular, elas são muito ligadas à inflação passada. Então a inflação desse ano não importa para as despesas, o que importa foi a inflação do ano passado. A inflação do ano passado foi quase 10% na metade do ano. Essa inflação alta do ano passado reajustou contratos para esse ano. Então os contratos desse ano vieram bem mais altos por conta da inflação do ano passado. Isso pressiona as despesas.

Por outro lado, as receitas dependem da inflação do ano corrente, então as receitas de ISS, de IPTU, de ICMS foram bem menores porque a inflação também foi baixa. Então a inflação baixa desse ano trouxe receitas para baixo, só que a inflação do ano passado pressionou despesas para cima. Isso comprime o orçamento, isso deixa a execução orçamentária muito mais difícil.

Para o ano que vem, por outro lado, a inflação baixa desse ano reajusta contratos de forma baixa para o ano que vem, então a gente deve ter pouco aumento das despesas. E com a gente tem uma pequena retomada da inflação, a inflação do ano que vem proporciona, e uma boa retomada da economia, receitas tributárias mais altas. Então eu tenho a impressão que a execução orçamentária do ano que vem vai ser uma execução orçamentária menos apertada do que esse ano, por conta da retomada da economia e por conta da inflação baixa que nós estamos vendo no ano de 2017.

Diante dessas premissas – vamos passar para o próximo slide – essas são as principais projeções para a proposta de execução orçamentária. Nós tivemos na proposta do orçamento de 2017, na proposta de Lei Orçamentária, uma receita total estimada de 54, praticamente 55 bilhões de reais. Houve uma importante frustração dessas receitas, pela

atividade econômica muito fraca ainda, em termos de receitas tributárias nós tivemos uma frustração de quase um bilhão de reais, e também uma frustração importante de capital. Vocês podem olhar ali, que as receitas de capital eram quase cinco bilhões de reais e entrou um bilhão. Fundamentalmente por um fator que afeta bastante o orçamento desse ano, que é o volume de transferências do Governo Federal, especialmente do PAC, muito mais baixo do que no ano passado. Para esse ano nem vai haver, porque o PAC foi cancelado, de forma que aquelas receitas que eram rastreadas no PAC não podem mais existir e, portanto, as despesas que eram baseadas no PAC e que, na verdade, nunca existiram porque o PAC não vinha, foram ajustadas. Isso era, digamos, uma espuma que vinha no orçamento, uma receita que não havia, e despesas programadas que não aconteceriam e não aconteceram porque as receitas não aconteceram, que para esse ano estamos ajustando, tiramos essas receitas e tiramos, conseqüentemente, as despesas. Isso afeta o investimento de algumas secretarias, mais claramente ali de Habitação, Prefeituras Regionais, mas era por causa desse efeito, uma previsão orçamentária que nunca se realizou e não se realizaria porque o programa não existe mais.

Nessa projeção de receita de 56.2 para o ano que vem, nós temos um bilhão de reais do Programa de Desestatização e Parcerias. Vai acontecer? Não vai acontecer? Nós acreditamos que vai acontecer, por isso que nós orçamos, o programa vem sendo tramitado com algum sucesso aqui na Câmara de Vereadores. A nossa impressão é que esse programa já vai render espaço para mais investimentos no ano que vem. Mas como ele não estava presente no ano passado, se eu tirar esse efeito, a receita estimada para o ano passado para a receita desse ano é praticamente igual, é bem parecida. Então nós estamos adequando o volume de receitas a despeito da retomada da economia.

Em termos de receitas efetivamente ocorridas nós estamos indo de, mais ou menos, 50 bilhões, tirando de novo o efeito da desestatização, para 55, que é um aumento de mais ou menos 10%, que é um aumento bastante realista para um momento de retomada da

economia, como é o que estamos observando.

Em comparação com a execução orçamentária desse ano, a projeção para o que vem, o orçamento do ano que vem prevê um aumento para saúde, prevê um aumento para educação, uma receita de assistência social que é bastante semelhante. E, acho um ponto importante, 300 milhões de reais a mais só na insuficiência da previdência. Os gastos totais da previdência, nós temos um aumento de 600 milhões de reais. É isso que estou comentando, 300 milhões a mais de aporte, 600 milhões a mais na despesa total da previdência.

Então o que eu gostaria de resumir aqui para vocês é mais ou menos o seguinte: em linhas gerais o orçamento prevê, frente ao ano passado, um aumento de arrecadação de um bi e meio. Desse um bi e meio, comparado com o orçamento do ano passado, nós temos 600 milhões a mais de previdência, ou seja, previdência leva quase metade desse aumento da receita estimada, educação, por conta do ajuste de professores, meritório reajuste de professores, e o aumento da expectativa de vagas em creches, que é uma meta do governo, nós temos um aumento também do orçamento esperado.

Finalmente, um último ponto que eu acho importante, o último ponto que é importante, é o ponto de compensação tarifária. A compensação tarifária deve chegar esse ano perto de dois bilhões e 900 milhões de reais. Esse é um valor bastante parecido com o do ano passado, de 2016 para 2017 tivemos uma manutenção da projeção de subsídio ao transporte público de 2.9. Só que orçamento para esse ano nós tínhamos 1.7. De forma que a diferença entre o orçamento e o realizado, já no ano passado, era superior a um bilhão de reais. O que nós estamos fazendo para esse ano é um aproximação pelos dois lados, nós estamos atualizando de 1.7 para 2.3 bilhões de reais o subsídio ao transporte público, ou seja, são 500 milhões de reais a mais de despesa no orçamento que eu tenho que financiar com o orçamento geral da Prefeitura, mas não estou chegando no 2.9, que é o que vai acontecer nesses ano porque nós estamos também estimando uma redução do subsídio ao transporte com alguns esforços que nós estamos fazendo nessa área, esforços de fiscalização, esforços da nova

licitação do transporte público que deve ser publicada ainda esse ano, as audiências públicas já estão sendo feitas, e, finalmente, a possibilidade da licitação da bilhetagem, que também traz uma economia, uma redução de custos para o sistema. Então estamos aproximando, trazendo para mais perto da realidade o subsídio ao transporte público, mas esse movimento de trazer o orçamento mais perto da realidade impacta o equilíbrio geral do orçamento, praticamente um terço do ganho de arrecadação está indo para essa adequação ao subsídio ao transporte.

Então, acho que em linhas gerais, são esses os comentários que eu queria fazer sobre a proposta orçamentária. É uma proposta orçamentária que prevê o aumento de arrecadação tanto frente ao observado, quanto ao orçamento do ano passado, o observado é alguma coisa perto de 10%, 11%, frente ao ano passado é 3%. Então, na verdade, esse aumento de apenas 3% da receita projetada, da receita orçada num ambiente de retomada da economia, que4 sugeriria um crescimento maior, denota esse esforço de trazer a receita para um patamar mais realista, ao mesmo tempo em que estamos também adequando algumas despesas. No orçamento do ano passado não havia a previsão para o aumento de salários para os professores, que havia sido acordado. Esse ano a estamos fazendo essa adequação e também, como eu falei, inclusive o transporte público estava bastante subestimado e no orçamento do ano passado fizemos essa adequação.

Em linhas gerais, eram esses os comentários que eu queria fazer sobre a proposta orçamentária. Não sei se agora partiremos para as oitivas sobre o Orçamento. Falo do PPA?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aproveite a oportunidade e fale do PPA, por favor.

O SR. CAIO MEGALE – O Plano Plurianual na verdade é uma sequência do Orçamento para o ano que vem. Estamos estimando que a economia vá retomando o crescimento gradativamente, cresça em média 2,5%, que o Programa de Desestatização e Parcerias continue de modo a gerar cinco bilhões de reais de receita ao longo do período.

Com esses recursos, o que está fundamentalmente previsto para os próximos anos, a manutenção dos serviços, a melhora dos serviços, a incrementação dos serviços e gradativamente a recomposição da capacidade de investimento da Municipalidade, focando naturalmente nos projetos prioritários, que são aqueles elencados no Programa de Metas apresentado pela gestão.

Portanto, acho que em breves linhas esse é a nossa expectativa para o início de debate. Fico, então, à disposição para as oitivas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. Quero anunciar a presença do Vereador membro dessa comissão, Zé Turin; do Vereador Líder do PT, Antonio Donato; a Vereadora Soninha Francine, que se faz presente; Vereadora Juliana Cardoso, que convido para compor a Mesa conosco.

Abrirei imediatamente as inscrições para podermos chamar a nossa ilustre plateia. O Relator prefere também ouvir a Mesa? Então, abrimos as inscrições para os Vereadores presentes. Tenho um entendimento, Vereador Aurélio Nomura, temos uma... Não teria dificuldade, inclusive temos também a presença do nosso querido Presidente, Vereador Milton Leite.

Tenho uma compreensão, Vereador Aurélio Nomura, de que os Vereadores, apesar de estarem expostos – e temos um quórum extraordinário dos Colegas – tem as suas respectivas comissões. Então, não poderão acompanhar a audiência o tempo todo, pois iremos até às 15 horas. Nesse sentido também peço a compreensão do público presente, permitindo que os Vereadores se manifestassem por conta dos seus compromissos, inclusive há Vereadores que presidem comissões. (Pausa)

Repito, não há dificuldade nenhuma com relação a essa transparência. Acontece que não tenho dúvidas pela experiência que tenho, de que vai chover inscrições e há de se levar em conta que os colegas também têm compromissos em suas respectivas comissões.

Vou solicitar a primeira leva de inscrições, vamos fazer o seguinte - para não ficar

nem ao Céu, nem a terra - vou permitir que tenham 10 falas. Fazemos um repique, eu transmito para a mesa. Se o Secretário e o relator, também, assim quiser se pronunciar. Se houver, já, algumas inscrições, assessoria, por favor me passe por gentileza.

Nobre Presidente Vereador Milton Leite, seja bem vindo a reunião, essa maratona, essa jornada que será o nosso orçamento. V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Só assistir.

Tem a palavra, o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, já conversamos com o vice-Presidente da Casa, mas aproveitar a presença do nosso Presidente, Vereador Milton Leite, para solicitar, pela comissão, aquilo que conversamos anteriormente, com relação a divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Há uma solicitação que amplia divulgação, já li, já foi divulgado em dois jornais de grande circulação, o presidente, já se compromete em ampliar esse arco de divulgação do orçamento. Lembro-me que em outros anos tínhamos – se possível no horário nobre – vamos colocar na televisão, inclusive. É o gasto necessário. Fica aqui o compromisso do nosso Presidente da Casa, nobre Vereador Milton Leite, de ampliar essa divulgação.

Com a palavra o primeiro inscrito; Sr. Alessandro Azevedo, da frente Unisa da Cultura, em seguida Durvalina Soares Silva.

Pois não Secretário!

O SR. CAIO MEGALE – Antes de começar, só fazer um comentário para complementar a fala, não só estou disponível, e trouxe aqui para as oitivas como vamos anotar tudo atentamente, acredito que isso seja muito importante. A gente faz o orçamento, o orçamento feito na Secretaria, é um pontapé inicial do processo, essa interação com a sociedade, com a Câmara Municipal de São Paulo, é fundamental para que nós lapidemos o processo. Então todos os comentários são bem-vindos.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Bom dia a todos. Toda a solidariedade aos

movimentos de moradia. São Paulo não está à venda, plebiscito já.

É importante que estejamos discutindo esse tema que é tão importante para a Cidade de São Paulo, mas é uma pena ver essa plenária, praticamente vazia. Um pouco mais da metade. Não foi divulgado, qual o problema disso aqui? Ou é o discreto em relação ao cumprimento do que é aprovado nesta Casa, porque ano passado aprovamos um orçamento de 518 milhões, e até o momento, menos de 200 milhões foram executados. Isso causa um certo descredito no que é aprovado. Espero que essa ano consigamos aprovar e que haja um empenho massivo dos parlamentares para que ele seja cumprido. De cara, quero dizer que o orçamento da cultura, não só na Capital, mas na União, que passa para o próximo ano, talvez 140 milhões, no Estado, diminuiu e capital está refletindo um pouco isso. Já chega na Casa a Peça Orçamentária com menos 16%. Aproveito a presença do Secretário Caio Megale e dos Srs. Parlamentares, para dizer: não podemos, partir do pressuposto de que a cultura tem de diminuir. Porque temos um aumento de dois bilhões aqui, uma previsão, porque vai diminuir na Cultura? E as outras áreas estão apresentando dados de segunda instância. Minha proposta aqui. é que ao longo das audiências, consigamos junto a relatoria do orçamento, equilibrar esses valores. Têm outras demandas que surgiram aqui, mas de cara quero fazer uma solicitação o segmento do circo, que teve um orçamento de quatro milhões e seiscentos aprovados ano passado, e executado um milhão. E agora veio para essa Casa, uma proposta de dois milhões, minha sugestão é que não seja inferior ao que foi ano passado, que se mantenha, pelo menos os quatro milhões e seiscentos para o segmento do circo.

É isso. A solicitação é para que consigamos, partir do valor do orçamento, de pelo menos, 418 milhões. Não menos que isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Alessandro. Lembrando que estamos discutindo os dois PLs; o PPA e a Lei Orçamentária Anual. As inscrições estão abertas para tratamento dos dois PLs.

Com a palavra a Sra. Durvalina Soares Silva, da Associação dos Servidores da

Prefeitura do Município de São Paulo, de nível superior.

A SRA. DURVALINA SOARES SILVA – Bom dia a todos. Como servidora, venho aqui, quero ter informações a respeito da previsão de reajuste dos nossos salários para o ano que vem, como a maioria aqui não é funcionário, cabe dizer que há 15 anos, o nosso reajuste de é de 0,01%, ou seja, a Cidade de São Paulo, está tratando os seus funcionários, não dentro de um escopo de cidadania. Temos de estar aqui, rastejando, pedindo, implorando, brigando, xingando, por alguma coisa que é um direito constitucional, que é a revisão inflacionária anual. Então gostaria de saber, se para o ano que vem, conforme promessa do candidato Doria, estamos com o nosso reajuste garantido de acordo com os índices de inflação.

Outra coisa: o conjunto de funcionários da Prefeitura do Município de São Paulo. tem caído ano a ano, cada vez mais temos as pessoas se aposentando, morrendo, etc... e os novos não estão chegando. Não se faz concurso na mesma proporção da necessidade daqueles que saem do crescimento e das necessidades da Cidade de São Paulo, do atendimento, principalmente, as periferias, que é onde os serviços públicos precisam chegar. onde ainda não cobrem todos os bairros, todos os distritos. Gostaria de saber da previsão de concursos para a entrada de novos funcionários.

Concluindo, indicar, por exemplo, que o CEU Navegantes, está sem biblioteca a dez meses. Há dez meses a biblioteca está fechada porque não tem funcionários, não tem bibliotecário lá. Isso é uma situação muito grave, como sou da área de biblioteca, área da cultura, quero deixar registrado aqui, minha revolta pela retirada do dinheiro do programa do livro e leitura para a Cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil. (ausente).
Com a palavra o Sr. Robson Cesar Correia de Mendonça, Comitê Internacional de Políticas Públicas da população de rua.

O SR. ROBSON CESAR CORREIA DE MENDONÇA – Bom dia todos. Sou do comitê inter secretarial de Políticas Pública da população de rua. Uma coisa que realmente me

revolta quando se trata de orçamento, quando se trata de rubrica. A população em situação de que neste governo, é falado muito, e nada é feito. Porque inclusive agora estão dando ração para morador de rua, como se fosse animal. É lamentável, que não tenhamos uma rubrica própria para a questão da população de rua. Nem no plano anual, e nem plano de 2018. Nós precisamos ter uma rubrica própria para a população em situação de rua. que é usada, manipulada e atirada ao relento. Temos idosos, cadeirantes e não se vê falar em aumento na questão do serviço social que está congelado. Peço aos nobres vereadores que pensasse e buscasse, acrescentando no mínimo de 20 milhões. Mínimo, 20 milhões, para a questão da população em situação de rua na cidade de São Paulo, porque essa questão está lamentável. E uma sugestão para que tenhamos um melhor orçamento, inclusive para esta Casa: vamos parar de gastar dinheiro imprimindo papel na entrada e vamos comprar crachás de visitantes, fazendo uma despesa só e não se gasta mais papel impresso ao entrar na Casa, pois isso é dinheiro público, dinheiro do contribuinte. Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Robson. Tem a palavra o Rapper Pirata, do Fórum Hip Hop. Em seguida, Fábio Siqueira.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – RAPPER PIRATA – Primeiro, eu vou falar as nossas pautas. Depois a gente faz o diálogo, lembrando que o meu hábito alimentar não é ração.

Tudo isso aqui é lei, já está desenhado; isso para o PLO e também para o Plano Plurianual. As pautas são para os dois. Rubrica de 1 milhão de reais para o mês do *hip-hop* na Secretaria de Cultura. Rubrica de 1 milhão de reais para o mês do *hip-hop* na Secretaria de Educação, lembrando que o mês do *hip-hop* já tem 3 anos, e tudo isso aí não está no Orçamento da Cidade. Estou mencionando para que seja colocado isso como rubrica no Orçamento. Rubrica, também, para o mês do *hip-hop* de 500 mil reais na Secretaria de Direitos Humanos; e rubrica de 2 milhões de reais para as ações do hip hop da Lei 10.639, na pasta da Secretaria de Educação.

Agora, há o Decreto Lei da Cidade de São Paulo sobre a Secretaria de Cultura, e é preciso investir o que está lá nesse decreto. Casa de Hip-Hop da Zona Sul, 500 mil reais; precisa colocar pela pasta da Secretaria de Cultura. Casa de Hip-Hop da Zona Leste, 500 mil reais; precisa colocar pela pasta da Secretaria de Cultura. Casa de Hip-Hop da Zona Oeste, 500 mil reais, na pasta da Secretaria de Cultura. Lembro que a Casa de Hip-Hop da Zona Oeste tem um empecilho em relação a diálogo; há decreto lei, então tem que cumprir a lei. Tem que fazer a Casa de Hip-Hop da Zona Oeste, não dá para ignorar. Secretaria nenhuma pode ignorá-la. Também rubrica da Casa de Hip-Hop do Centro, que está lá desenhada, mas não colocaram para andar ainda. São 500 mil reais também. E rubrica orçamentária de 2 milhões de reais para o Território Hip-Hop, lembrando que o Território tem rubrica no Plano Plurianual, com 1 mil reais, e também está no Orçamento, com 1 mil reais. O Território constitui as oficinas voltadas ao *hip-hop*.

Enfatizo que estou falando de cultura a partir da geração de trabalho.

Também são necessários 20 milhões de reais para a pauta da população de rua e também o reajuste para o serviço de assistência social.

Qual o problema do Orçamento? Onde está o drama? Aumentou para meio milhão de reais a área da segurança pública. Direitos Humanos, o orçamento é baixo. Secretaria de Cultura, corte de 16%. Serviço Social, o mesmo Orçamento, que não foi gasto. Lembro que eles falam de inflação etc., mas até o mês de agosto as verbas estavam congeladas. Então, não há investimento no Orçamento. Aí, se você não quer ter problemas de segurança pública, que se invista na cultura, na educação, no serviço social e na saúde. E tirar o dinheiro do Orçamento da Câmara Municipal, que, de 500 milhões, foi para 672 milhões.

Só estou falando onde há dinheiro para se investir nas áreas que mencionei. Do hip hop, é só tirar do Theatro Municipal de novo, pois embora a Secretaria de Cultura tenha tido um corte de 16%, aumentaram as verbas para o Theatro Municipal. Tire-se 1 milhão deles e se coloque para o hip hop.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pirata, conclua.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – RAPPER PIRATA – Estou concluindo. Megale, a gente está conversando o ano inteiro. Acho que não dá para vocês congelarem o Orçamento do próximo ano, porque são vocês que estão fazendo o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu já diria a vocês o seguinte: quem quiser novamente se inscrever para tratar do PPA, pode. Sei que há demandas que vocês não conseguem. O Fábio está inscrito. Três minutos para ele são só para introdução. Mas serei implacável (risos).

Anuncio a presença dos Vereadores Police Neto, do Vereador Ota, Rodrigo Goulart, os dois últimos membros desta Comissão.

Estou abrindo as inscrições para os Srs. Vereadores, após as 10 falas.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, digna população da cidade de São Paulo. Bom dia, Sras. e Srs. Vereadores. Bom dia, Sr. Secretário de Fazenda. Meu nome é Fábio Siqueira. Pelo 17º analisamos e começamos esta discussão orçamentária da LOA para o ano subsequente. Começamos com uma grande indignação, pois leio aqui no Orçamento publicado em 3 de outubro, há poucos dias, que o Orçamento da Prefeitura Regional de Pinheiros é superior ao Orçamento das Prefeituras de Capela do Socorro e M'Boi Mirim. Obviamente, não precisa ser um *expert* em urbanismo para saber que a população de Pinheiros em geral é muito mais rica, muito mais abonada que a população de M'Boi Mirim, Jardim São Luiz, Jardim Ângela, Capela do Socorro, Grajaú, Cidade Dutra, Jardim Capela.

É um absurdo completo. Claro que a população de Pinheiros merece o Orçamento, mas tem que haver o critério redistributivo, ou seja, o critério social, por carências de bairros. Isso revela uma grande contradição da gestão João Dória Júnior nesse particular.

Outra contradição que observamos é em relação à Secretaria de Direitos Humanos. Se você somar Direitos Humanos à Secretaria das Mulheres, que sumiu, e à Secretaria de

Promoção de Igualdade Racial, que também desapareceu, em 2016 o Orçamento somado era de 104 milhões de reais. Para 2017, 109 milhões de reais. Para 2018, já na gestão Dória, 85 milhões de reais. Ou seja, políticas públicas para as mulheres terão problemas, assim como para as políticas públicas para negros e indígenas, e sobre este último segmento não se fala mais nada. Realmente, há muita contradição nessa peça orçamentária.

Faço votos que essa peça seja mais discutida, inclusive de forma regionalizada, como manda a própria legislação.

Pela conclusão, já peço minha reinscrição para tratar do PPA e para falar sobre Parelheiros, cujo Orçamento caiu de 40 milhões para 24 milhões, um verdadeiro escândalo para uma área tão pobre de São Paulo, assim como para o Marsilac, cujo hospital, que deveria ter sido entregue pelo Prefeito Haddad, está sendo ignorado pelo atual Prefeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aproveito que já está passando o calendário para informar que teremos audiência pública temática que tratará das subprefeituras no dia 6 de novembro, neste salão, das 15 às 18 horas. Teremos também a primeira audiência pública regional... Já faço apelo ao Sr. Secretário que mande representantes. Teremos 4 audiências públicas regionalizadas. A primeira será da região Oeste – Lapa e Butantã -, no sábado agora, às 11 horas, no Tendal da Lapa. Das 14 às 19 horas, faremos a audiência pública da zona Leste no CEU Jambuí, em Guaianases. Todos os Prefeitos Regionais estão sendo oficiados.

Digo isso porque teremos 10 audiências públicas temáticas e 4 regionalizadas.

Tem a palavra Jocivaldo Pereira dos Santos, do Conselho Participativo da Penha. O próximo é o Sr. José Renato Fonseca, da Frente Única da Cultura.

O SR. JOCIVALDO PEREIRA DOS SANTOS – Bom dia, Sras. e Srs. Vereadores. Bom dia à Mesa. Sou Conselheiro Regional do Verde e Meio Ambiente – Cades.

Quero chamar a atenção dos Srs. Vereadores e dos munícipes em relação ao meio ambiente. Eu não vi em nenhum momento colocar no orçamento a questão da coleta seletiva.

Temos que focar na questão ambiental, a do lixo, que é central, e nós temos que trabalhar e colocar no orçamento a ampliação da coleta seletiva na cidade de São Paulo, e atender também a demanda dos catadores, que os catadores avulsos estão aí puxando sua carroça. No séc. XXI, pessoa puxar carroça é desumano. Eu acho que temos que ampliar a coleta seletiva para os 96 distritos da cidade, com a construção de novos galpões de triagem, para que sejam incluídos os catadores da cidade de São Paulo. É para isso que eu queria chamar a atenção dos Srs. Vereadores: que em nenhum momento em vi colocado a questão da ampliação da coleta seletiva.

Outro dado que me chamou a atenção: os ecopontos construídos não atendem o anseio das comunidades, até porque o ecoponto não atende toda a demanda de cada prefeitura regional. Então eu acho que o ecoponto deveria ser construído junto com uma central de triagem de resíduos sólidos. Deveria ser ecoponto e central, juntos, não separadamente. Então é preciso pensar num novo modelo de construção de centrais, incluindo o ecoponto. Eu acho isso importante.

Eu quero que os Srs. Vereadores levem em conta a questão ambiental na cidade de São Paulo, respeitando a Lei Nacional de Resíduos Sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o José Renato Fonseca.

O SR. RENATO FONSECA – Boa tarde, senhores. Muito obrigado. Caio, tudo bem? A gente já se falou algumas vezes esse ano. Vou falar sobre a questão da cultural, que tem algumas questões que, para gente, não estão nada claras nesse orçamento.

Se temos um congelamento do orçamento de 10% da cidade, o orçamento da cultura ainda continua com 35% esse ano, o que é um completo absurdo. Como é que a gente manda um orçamento para 2018 com 16% a menos do que o ano passado, com todas as dificuldades, com todas as conversas, com tudo o que a gente já conversou esse ano, com tudo que aconteceu? Como propor um orçamento para 2018 com 16% a menos para a Secretaria de Cultura? Quer dizer, a gente tem que rever essas questões, a gente tem que

voltar a falar do Plano Municipal de Cultural, que é um compromisso que a gente fez, tem um decreto, e já pedimos a vocês para falar sobre isso. Não está dando muito para entender como foi montado esse orçamento para a Cultura para o ano que vem. Com toda a dificuldade, com todas as manifestações, com todas as conversas que tivemos com a Prefeitura, com tudo que nos mobilizamos para falar com vocês, e esse orçamento vai com 16% a menos.

As primeiras convocações que temos que fazer em relação à Cultura é: pela amor, todos os itens de orçamento da Cultura, pela amor, vão como atividade, não como projeto, para já não começarmos o ano que vem com aquele problema do congelamento integral das rubricas da Cultura. Vamos evitar o erro de digitação, gente. Vamos também pensar prioritariamente em todas as atividades e programas que foram congelados esse ano, mas que simplesmente estão deixando de acontecer: ações periféricas, programas, leis aprovadas nesta Casa em gestões anteriores. Não estamos falando de uma questão de política de governo, a gente está falando de uma política de estado, de anseios da população que foram gestados há anos e que estão sendo jogados no lixo.

O SR. RICARDO NUNES – Só me explique uma coisinha: você falou como *programa*, e não como *projeto*, é isso?

O SR. RENATO FONSECA – Para irem como *atividade*, e não como *projeto*. *Atividade* não pode ser congelado integralmente, *projeto* pode ser congelado integralmente. Pelo menos foi isso o que nos passaram.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Bernardo Jazem, da Assistência Social.

O SR. BERNARDO JAZEM – Senhoras e senhores presentes, membros da Mesa, o Brasil está envelhecendo, e já não pode ser mais considerado o país do futuro. Com uma lacuna enorme na Previdência Social. E é lastimável que 1,1 de orçamento para a Assistência Social tenha sido mantido, enquanto a educação e a saúde, nada a ver, mas a assistência social trabalha entre esses dois blocos, pelo menos tenha um aumento de 15%, que foi o

mesmo aquinhado pelas áreas da educação e da saúde. Então reivindicado 15% para a Assistência Social, que trabalha com jovens, adolescentes, crianças, mulheres, minorias, e, sobretudo, idosos; 15% de aumento no seu orçamento para 2018. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Alexandre Oliveira de Souza, agente de gestão de políticas públicas.

O SR. ALEXANDRE OLIVEIRA DE SOUZA – Bom dia a todos. Meu nome é Alexandre Souza, eu sou concursado, no concurso de 2016, no cargo de Assistente de Gestão de Políticas Públicas. A gente veio nessa audiência para justamente poder reivindicar a nossa rubrica para a chamada desses mil concursados, que esses cargos já constaram em edital. Esse orçamento já foi aprovado desde 2016, e, até hoje, não houve sequer uma única chamada nesse cargo. Para que vocês tenham uma ideia da gravidade dessa situação, o assistente de gestão de políticas públicas é o principal cargo administrativo da Prefeitura, é a principal força de trabalho para dar prosseguimento nessa questão da gestão, e estamos há dez anos sem novas nomeações. O último concurso de assistente de gestão de políticas públicas foi em 2008. Então a previsão de nomeação é para 2018. São dez anos sem entrar nenhum funcionário na Prefeitura para cuidar dessa questão. Temos uma média de 600 aposentadoria por ano, e temos mais de 11 mil cargos vagos previstos em lei, que até hoje, cada vez mais, aumenta essa necessidade da convocação desses profissionais. Então gostaríamos de agendar uma reunião com o Secretário e o Presidente Jair para que tratar dessa rubrica própria, tão não necessária para atender a população da cidade de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, aqui temos a reivindicação por escrito, protocolada, do concurso de assistente de gestão de políticas públicas, AGPP, 2016.

Estão inscritos os Vereadores Suplicy e Donato.

E já quero aproveitar e anunciar oficialmente mais duas audiências.

Na segunda-feira próxima, dia 23, neste salão nobre, teremos da saúde, que vai

tratar do Fundo Municipal de Saúde, autarquia hospitalar municipal, Hospital do Servidor Público, Serviço Funerário. Isso acontecerá das 10h às 14h, neste mesmo salão.

Em seguida, das 14h às 18h, transporte e mobilidade urbana: Secretaria de Transportes, o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito, SPTrans, CET, Secretaria de Segurança Urbana, Câmara Municipal, Fundo da Câmara, Tribunal de Contas, Fundo do Tribunal de Contas, Procuradoria-Geral do Município, Secretaria Municipal de Justiça e Controladoria-Geral do Município. São várias, mas, evidentemente, tem uma maior de maior orçamento, mas todas essas secretarias serão tratadas nesse mesmo horário.

As inscrições pelos membros da Mesa ficam abertas enquanto o Vereador Donato se manifesta.

Tem a palavra o Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia a todos e todas. Eu cumprimento todos os meus Colegas Vereadores, cumprimento o Secretário Megale.

Queria fazer algumas perguntas; mas, antes, preciso fazer uma colocação que sustenta a minha primeira pergunta.

O discurso da gestão atual foi que existia um rombo, provocado pela subestimação das despesas e pela superestimação das receitas este ano. Então, nesse orçamento, a gente imagina que não ocorrerá isso, né, já que esse era o discurso.

Eu, infelizmente, tinha outro compromisso no meu gabinete, mas eu ouvi uma parte da sua apresentação. E eu queria entrar um pouco no debate sobre o orçamento desse ano. A gente precisa separar o que é receita de capital de receita corrente. Receita de capital pode vir, pode acontecer ou não; a receita corrente, em geral, e isso é um elogio, a equipe da Secretaria da Fazenda acerta. E primeiro uma questão técnica, antes, só para a gente esclarecer.

Pela primeira vez, as receitas correntes, na estimativa, na LOA, vêm como a receita corrente líquida, e não como a total. E isso, pelo o que eu pude ser informado, não está de acordo com o Código Tributário Nacional. E não é somente uma questão técnica. É que você

joga na confusão, na minha opinião, porque tem dois números que não se comparam, e talvez isso seja em função da necessidade de se sustentar um discurso que foi feito o ano inteiro, mas que não aconteceu. Por que ele não aconteceu? O Secretário, se não me engano, falou que as receitas correntes líquidas, na projeção de vocês, vai chegar a 50,5, no final desse ano?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – Mas a receita corrente líquida, que é importante para nós, a LOA tem, além desse problema técnica, que temos de ficar fazendo conta, porque a história toda foi sempre com a receita corrente bruta, e agora está a líquida – porque, na líquida, tem um repasse, para o Fundeb, principalmente, e o Fundeb, depois, devolve mais para a cidade de São Paulo. O Fundeb é um fundo composto por receitas de todos os municípios e todos outros entes; São Paulo entra com um tanto, e recebe um tanto a mais. Quando você desconta, tem-se a despesa corrente líquida. Então tem a primeira confusão de números aí. Mas o que me chamou mais a atenção é que, na previsão de multa, tem uma receita prevista para 2017 de 2 bilhões e 800 milhões – previsão enviada em setembro para esta Casa. Só que, até setembro de 2017, já tinha sido executado 3 bilhões e meio. A Prefeitura vai devolver dinheiro de multa? O que vai acontecer? Ou essa previsão é uma forma de mascarar, porque a receita corrente líquida vai ser maior do que a orçada no ano passado? Porque, pelas nossas contas, a receita corrente líquida vai ser maior do que o previsto no orçamento do ano passado.

Então eu gostaria de esclarecimentos. Primeiro: por que mudou o critério de receita corrente bruta para receita corrente líquida na apresentação do orçamento? Segundo: por que a previsão de multas, na LOA, de 2 bilhões e 800, para dezembro, projetado, é menor do que o realizado até setembro, que é de 3 bilhões e meio? Só aí temos quase 2 bilhões de projeção a menos. Então isso impacta claramente na previsão das receitas correntes.

A segunda questão diz respeito ao subsídio. Se o Orçamento é real, e aí nós temos de ser claros, se tem uma previsão de 2,3 bi de subsídio, neste ano chegará em 2,9 e, no ano

que vem, imagine-se uma inflação de 3% que aplicada nos contratos em maio se tem impacto de 2%, o custo do sistema no ano que vem vai ser algo entre 3,05 e 3,1 bi. Então há 750 milhões de diferença entre uma projeção muito concreta e o que está no Orçamento.

Há duas formas de resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

O SR. ANTONIO DONATO – Só para concluir.

Os custos do sistema de transporte estão aumentando, Secretário, não estão diminuindo. Isso tem duas formas: o reajuste da tarifa para 750 milhões é um reajuste de R\$ 0,50. É essa a previsão que os senhores estão fazendo, um reajuste de tarifa de R\$ 0,50? Essa é a minha pergunta.

Por último, o programa de privatizações do Prefeito e de desastização, começou falando em 8 bi, 7 bi, os últimos números são de 5 bi de receita, mas no Orçamento só está previsto 1 bi. O que se espera ser vendido e por quanto, já que o Anhembi, no debate que fizemos em primeira votação, só a área do terreno valeria 4 bi? Vai-se vender o Anhembi por 1 bi? E o Autódromo, vai-se vender por quanto? Ou não se vai vender?

Então eu queria saber. São essas as minhas questões. Depois, nos debates temáticos, nós falaremos de cada área.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Vereador Donato.

Vereador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Presidente, Vereador Jair Tatto, prezado Secretário de Finanças Caio Megale, eu gostaria que pudesse fazer uma análise a respeito, sobretudo da questão da equidade.

O artigo 3º da Constituição, em seu inciso III, estabelece que constitua objetivo fundamental da República Federal do Brasil que devemos erradicar a pobreza e providenciar medidas para diminuir as desigualdades regionais e pessoais. Isso deve ser objeto da

preocupação dos três níveis de Governo: o da União, do Estado, mas obviamente também do Município.

Então, eu agradeço se puder nos dizer em que medida tanto do lado da receita, a arrecadação de impostos, quanto do lado dos gastos, das despesas, essa preocupação está devidamente considerada.

Por exemplo, no lado das receitas, na arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU, que justamente constitui uma forma de se cobrar impostos das propriedades de maior valor e não tanto das propriedades de menor valor. Pelo que eu entendo, a Prefeitura, neste ano, o primeiro do Governo João Doria, estabeleceu um ajuste no IPTU igual para todos, da ordem de três e poucos por cento, de acordo com a inflação. Se não me engano é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Então, na Planta Genérica ele avaliou que não seria o caso de, digamos, aumentar a Planta Genérica de Valores com uma maior proporção para os imóveis de maior valor em relação aos imóveis de menor valor.

Então eu gostaria que nos dissesse um pouco sobre isso e se há preocupação, aqui já foi formulada a pergunta por parte dos que falaram antes. Por exemplo, se formos considerar os bairros de maior renda *per capita*, como Pinheiros ou a região dos Jardins, do Morumbi, assim por diante, Higienópolis, em relação aos bairros como Parelheiros, Cidade Tiradentes, Perus e assim por diante. Em que medida, na hora de se destinar recursos para as prefeituras regionais, para diversas melhorias, se levou em consideração esse aspecto do gasto e renda *per capita*, para que a cidade de São Paulo também tenha essa preocupação.

No que diz respeito aos programas, por exemplo, da Assistência Social, em que medida têm dialogado o senhor com o Secretário de Desenvolvimento de Assistência Social Felipe Sabará, com respeito a algo que é uma transferência de renda da União para o Município. Ou seja, no que diz respeito aos programas de transferência de renda, em especial

o Programa Bolsa Família.

Quando se iniciou o Governo Fernando Haddad, ele teve como propósito realizar aquilo que constituía uma conclamação da Presidenta Dilma Rousseff quando, em 2011, ela anunciou a chamada busca ativa, uma conclamação aos governos estaduais, municipais, entidades da sociedade civil como os sindicatos de trabalhadores, as entidades patronais. Nós, cidadãos, se soubéssemos de alguma família que esteja dentro dos parâmetros do Programa Bolsa Família, se fosse hoje abaixo de R\$ 170,00, *per capita*, por mês.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo, Senador.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – ...se soubéssemos que essa família, ainda que esteja dentro daqueles parâmetros, não está inscrita, é nosso dever informar ao pai e à mãe que vá lá e se inscrevam.

Pois bem, durante o Governo Fernando Haddad houve o aumento da ordem de 229 mil famílias, em dezembro de 2012, e terminou o Governo com 492 mil famílias inscritas.

Pois bem, neste ano, já houve redução da ordem de 90 mil famílias e isso significa, do ponto de vista da transferência de renda do Governo Federal, que é quem paga o Bolsa Família para a Prefeitura Municipal, uma diminuição no Orçamento da ordem de, pelo menos, 10 milhões de reais.

Qual é o diálogo, então, que têm tido o Secretário da Fazenda e o Secretário de Assistência Social, com respeito ao Secretário Osmar Terra, do Desenvolvimento de Assistência Social, lá de Brasília.

Causa-me preocupação porque estive examinando o Orçamento da União, relacionado ao Programa Bolsa Família, para este ano, 2017, está previsto para o Bolsa Família, 29 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Terminando.

No ano passado era 28,2 bilhões, mas para 2018 há uma redução de 29 para 26

bilhões. No meu entender, o Presidente Michel Temer está contradizendo o objetivo fundamental expresso no artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal.

Eu gostaria que, ao nível do Município de São Paulo, haja preocupação: não, nós vamos aqui, em São Paulo, fazer com que toda família que esteja dentro dos parâmetros do Bolsa Família possa, efetivamente, ser atendida, inclusive, com, se possível, porque já faz tempo, agora que o valor do benefício não tenha sido ajustado.

Muito obrigado. Desculpe ter avançado no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, sempre Senador Eduardo Suplicy.

Antes de passar para a resposta do primeiro bloco ao Secretário, já anuncio que, no dia 25/10, neste salão, teremos a reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

No dia 31/10, terça-feira, neste salão, das 10h às 14h, teremos a terceira audiência temática que é a Cultura, abrangendo a Secretaria Municipal de Cultura, a Fundação Theatro Municipal, Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais, Fundo Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano, Fundo Municipal de Turismo, SP Cine e SP Tur.

No dia 01/11, neste salão, das 10h às 13h, o tema é desestatização, parcerias e gestão. Secretaria da Fazenda, Secretaria de Relações Internacionais, SP Secutirização, SPDE Companhia de São Paulo Desenvolvimento e Mobilização e Ativos, SP Parcerias, Prodam, Secretaria do Governo, Secretaria Municipal de Desestatizações e Parcerias, Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria de Gestão, o IPREM Encargos Gerais do Município, Fundo Municipal do Desenvolvimento Social, nada a ver com a Assistência, não é?

O SR._____ – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas por que nós temos uma própria de Assistência?

O SR._____ – Não. Está errado então.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço aqui uma correção.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esse Fundo Municipal de Desenvolvimento Social nós vamos colocar numa temática que teremos só da Assistência Social. Só uma pequena correção. Em seguida, anunciarei outras.

Tem a palavra ao Secretário Caio Megale.

Em seguida, abriremos o segundo bloco.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Dia 01/11, nós temos das 10h às 13h, neste salão.

O SR. CAIO MEGALE - Obrigado por todos os comentários, são todos importantes. Como ressaltéi no início da conversa, essa oitiva para nós é muito importante e o diálogo, o ajuste, o trabalho que, na verdade, começa agora e não se encerra agora com a discussão da Peça Orçamentária e da PPA. A PPA, vamos discutir na sequência.

Alguns comentários sobre o que foi falado, primeiro com relação à Cultura que foi objeto da maioria das intervenções iniciais. O Orçamento da Secretaria de Cultura, quando comparado à execução deste ano, apresenta um incremento. Esse incremento, diante de um Orçamento que se pretende mais realista, tende a ter uma execução maior.

Nós estamos tendo uma recuperação da atividade econômica, a receita tende a ser maior, nós acreditamos que a execução desse Orçamento tenha uma factibilidade maior do que a execução do Orçamento passado que, mesmo nas receitas correntes - já me antecipando ao comentário do Vereador Donato, mas depois eu volto ao ponto – houve decepção. Mas aí não é problema da equipe técnica, nem da elaboração do Orçamento, houve uma decepção da atividade econômica.

O Orçamento deste ano, para 2017, foi estimado com uma hipótese de crescimento do PIB que era da ordem de 1,6. O PIB, se tudo der certo, cresce 0,5. E como (Ininteligível)

das receitas tributárias ao PIB é importante...

O SR. ANTONIO DONATO – Mas Secretário, não é o que os números da sua Secretaria dizem. As receitas correntes subiram acima do previsto, vão dar 600 milhões acima do previsto, usando os números de V.Exa., só com essa discrepância das multas.

O SR. CAIO MEGALE - Não. As receitas correntes devem ficar perto de 800, 700 milhões de reais abaixo do esperado.

O SR. ANTONIO DONATO – Na nossa conta, 600 milhões a mais.

O SR. CAIO MEGALE – Depois a gente bate as contas.

O SR. ANTONIO DONATO – Nós vamos fazer uma aposta. Uma aposta agora
- Manifestações no recinto.

O SR. ANTONIO DONATO – Como você é palmeirense como eu, eu pago um ingresso para um jogo do Palmeiras.

O SR. CAIO MEGALE – Tirou as palavras da minha boca: um par de ingressos para o próximo jogo do Palmeiras. Depois a gente analisa.

O SR. ANTONIO DONATO – Está feita a aposta.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Jesus, por gentileza.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, não está bagunçado, não. Foi só um questionamento, um parêntese do Vereador Donato, e eu peço que vocês se manifestem após as falas. Por gentileza.

O SR. CAIO MEGALE – Um comentário do Orçamento do ano passado, mas vamos olhar para o Orçamento deste ano, e depois a gente pode discutir de novo essas questões.

As projeções para o Orçamento de 2018 preveem uma retomada mais expressiva das receitas tributárias por conta da retomada da atividade econômica. Isso começa a aparecer

nos números de arrecadação - ainda não refletem completamente. O setor de serviços demora um pouco mais para reagir à retomada e, com essa recuperação, é muito provável que nós tenhamos uma capacidade de execução orçamentária mais próxima do que está previsto no Orçamento. Não só por conta das receitas, mas por conta de despesas mais próximas da realidade. Vou comentar também essas questões quando falar sobre isso.

Outra questão. Na verdade, assim como já foi feito na proposta orçamentária do ano passado, mas desta vez reforçamos a questão de atividades e projetos. As atividades da Cultura estão publicadas como atividades da Cultura, como nós acreditamos que é o correto.

Do ponto de vista de reajustes salariais e contratação de pessoal, isso é uma questão de política da Secretaria de Gestão e da avaliação da pertinência ao longo do tempo. O que está previsto no Orçamento são os concursos abertos e em validade. Qualquer decisão que for tomada diferentemente disso ao longo do ano que vem – e negociações salariais são decisões que acontecem no início do ano –, o Orçamento será prontamente ajustado para manter o equilíbrio orçamentário, como é o compromisso da Secretaria da Fazenda.

Em relação às prefeituras regionais, eu queria fazer dois comentários importantes na comparação da LOA 2018, que é a proposta de Orçamento de 2018, com a LOA de 2017. Há três diferenças relevantes. A primeira diferença é a comparação da LOA com a PLOA, que é a proposta orçamentária que é enviada pela Fazenda, e a LOA é o Orçamento aprovado no final do processo. É uma diferença grande, porque, na proposta orçamentária, as emendas parlamentares vão como emendas parlamentares, vão dentro dos encargos, não estão distribuídos entre os projeto ao longo da discussão. Na LOA, essas emendas parlamentares já vêm distribuídas para onde os parlamentares destinam suas emendas. Então, quando comparamos a proposta orçamentária, a diferença entre prefeituras regionais não é tão grande porque o grosso das emendas parlamentares vai para as prefeituras regionais, especialmente as da periferia.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Cento e poucos milhões. Se seguirmos o padrão histórico, e isso é uma decisão dos Vereadores, a LOA de 2018, se comparada à de 2017, vai ficar mais perto da realidade, porque haverá distribuição dessas emendas parlamentares. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto importante diz respeito à atividade de tapa-buraco, que é uma atividade corrente das prefeituras regionais e foi historicamente orçamentalizada dentro do orçamento das prefeituras regionais. O que fizemos este ano? Colocamos 120 milhões dessa atividade dentro do orçamento do Fundo Municipal de Trânsito, já que a resolução do Contran permite que isso seja feito. Então, como a atividade de tapa-buraco vai ser feita a partir do Fundo de Trânsito, na verdade, para olhar o orçamento das prefeituras regionais, devem-se considerar também esses 120 milhões que estão lá no Fundo de Trânsito e que são destinados a atividades da prefeitura regional para tapa-buraco. Naturalmente, ao se fazer isso, sobre mais orçamento para outras atividades correntes das prefeituras regionais, como zeladoria, etc.

O terceiro ponto relevante diz respeito ao que eu falei no início, que é o PAC. Um pedaço relevante do PAC ia para atividades em prefeituras regionais. Ele não acontecia, porque o PAC não se realizava, a receita não se realizava e a atividade não se realizava. Na verdade, isso é um pedaço do Orçamento que era certa espuma que havia no Orçamento. Havia uma perspectiva de que o PAC fosse retomado, e por isso estava lá orçamentalizado. No momento em que o PAC se realizou e agora não vai se realizar mais, como já foi declarado pelo Governo Federal, nós temos que tirar isso do Orçamento; o que, naturalmente, afeta o orçamento das prefeituras regionais.

Acho que são três pontos importantes e interessantes para olharmos ao final do processo, ao final das discussões parlamentares, LOA contra LOA, não mais a proposta orçamentária, e considerar o orçamento do Fundo de Trânsito.

Já comentei sobre gestão de pessoal de forma geral, sobre os AGPPs.

Em relação aos comentários do Vereador Donato, sobre a receita corrente líquida,

receita total, na verdade, consegue-se fazer a conta, já que as informações estão todas lá. E o Orçamento, este ano, ela veio em linha com as orientações revistas da STN – Secretaria do Tesouro Nacional. É sugestão, indicação, recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional, mas depois nós podemos discutir essa questão técnica mais profundamente. Do ponto de vista da Fazenda, da elaboração da peça orçamentária, nós não vemos nenhuma infringência técnica no processo.

O SR. ANTONIO DONATO – O senhor, depois, pode nos mandar essas orientações, só para nos atualizar?

O SR. CAIO MEGALE – Sem dúvida. Perfeito.

Em relação a multas, eu acho que tem dois pontos. Não compreendi direito a conta que você fez. A gente vai precisar...

O SR. ANTONIO DONATO – A projetada é fácil. Isso é dado da própria LOA, ou então é um erro grosseiro. Mas impacta: está 2,8 bilhões na projetada para dezembro de 2017. Só que realizou 3,5 bilhões. Não se pode projetar para dezembro menos do que já se realizou.

O SR. CAIO MEGALE – Para 2017?

O SR. ANTONIO DONATO – É. Está na LOA. Esta é uma tabela da LOA.

O SR. CAIO MEGALE – Depois a gente dá uma olhada. A equipe não identificou esse problema, mas a gente vai olhar e, se tiver um problema, a gente acerta.

Agora, a questão das multas, eu acho que tem outro ponto importante, que são as multas do Fundo de Trânsito, que tem duas diferenças importantes junto à LOA de 2017. Primeiro que, de fato, receita com multas está aumentando este ano e isso que permite, na verdade, um aumento maior nas atividades de revitalização de vias por conta de um aumento dado, em nível nacional, do valor das multas no final do ano passado, ou seja, depois que o Orçamento foi enviado e tramitado. Naturalmente, quando a equipe projetou as multas no ano passado, ela não sabia dessa variação, e por isso ficou diferente.

Nós orçamentizamos também aquela proposta de emissão de debêntures que

seriam lastreadas no fluxo futuro das multas, o que incrementa o orçamento de multas deste ano para investimento. Se essa operação não se realizar, naturalmente essa atividade não se realiza – são 350 milhões. Então, do ponto de vista de valor projetado da arrecadação com multas de trânsito, nós precisamos fazer esse desconto da receita do FMDT, porque ele não é uma receita de multas arrecadadas este ano e sim dessa operação de securitização que nós estamos propondo.

O SR. ANTONIO DONATO – Mas, contabilmente, ele entra onde?

O SR. CAIO MEGALE – Está dentro do FMDT.

O SR. ANTONIO DONATO – Da receita corrente?

O SR. CAIO MEGALE – Está na receita de capital.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Donato, Secretário Caio Megale, vou permitir mais inscrições e vou reabrir as inscrições para a Mesa depois de dez falas. Pode ser esse o entendimento geral?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – Mas o Secretário ainda não acabou sua resposta.

O SR. CAIO MEGALE – Só mais um rápido comentário sobre as intervenções do Vereador Suplicy. Nossas interações com o Secretário Filipe Sabará e, na verdade, com todas as Secretarias, são muito intensas. Nós procuramos adequar o Orçamento às prioridades das políticas, mas também à realidade orçamentária que se impõe.

Essa questão do Bolsa Família, do Orçamento federal é uma questão do Orçamento Federal e, de fato, o *deficit* primário é bastante grande em nível federal. Acho que o ajuste fiscal que eles estão tendo que fazer lá é expressivo, refletiu no PAC e pode refletir no Bolsa Família, o que acaba refletindo nas receitas da Prefeitura; o que não nos impede de frequentemente ir à Brasília e lutar pelos nossos direitos, pelo quinhão que a municipalidade de São Paulo faz jus dentro da receita total da União.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Eu queria ressaltar que, por lei,

aquela família que está dentro dos parâmetros do Bolsa Família tem direito de receber; não é algo que pode ser recusado. É uma despesa que tem que ser cumprida e, obviamente, cabe à Prefeitura detectar, num esforço da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, se todas as famílias, inclusive a população em situação de rua, que porventura esteja dentro daqueles parâmetros, estão efetivamente sendo atendidas. É por lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A título de informação geral, na próxima sexta-feira, nós teremos uma audiência pública sobre o projeto do ISS, das alíquotas, e também sobre o projeto sobre autorização de crédito da Prefeitura, às 10h30, na Comissão de Administração Pública.

O SR. ANTONIO DONATO – Presidente, só faltou o Secretário responder sobre a questão do subsídio e da receita de desestatização.

O SR. CAIO MEGALE – Claro. Sobre o subsídio, o que nós fizemos, como já comentei aqui na minha intervenção inicial, foi trazê-lo mais perto do que, de fato, é a realidade: aumentamos em 500 milhões de reais o subsídio previsto no Orçamento do ano passado para o deste ano – de 1,8 para 2,3. Não é o subsídio executado este ano, estimado em 2,9, não é o subsídio que foi executado no ano passado, também em 2,9. O que nós pretendemos é uma aproximação dos dois lados, tornando o Orçamento mais realista – 500 milhões de reais fazem bastante diferença para todos os demais orçamentos; quando nós temos que fazer esse remanejamento, o que tem que acontecer, porque nós temos que tornar essa rubrica mais realista. No entanto, por outro lado, nós esperamos uma redução do subsídio por diversos esforços que vêm sendo feitos – esforços de fiscalização; de análise detalhada da nova concessão do serviço de transporte público, que busca uma economicidade; a licitação da bilhetagem, que pode entrar no pacote já neste ano e traz uma economia ao sistema.

Pelo lado da receita, pelo lado da tarifa, a discussão não foi feita. Nós estamos discutindo, estamos vendo os números, estamos fazendo o cenário, mas não há uma definição.

A decisão que for alcançada, nós vamos adequar o Orçamento prontamente, para que, como venho reiterando, ele fique equilibrado entre receitas e despesas de forma completa.

Em relação à receita da Desestatização e Parcerias, nós temos uma expectativa de arrecadação em torno de 5 bilhões de reais para o período dos próximos 3 anos. Como nós sabemos que esse processo ainda demora, ainda tem processo de licitação; e, na maioria dos casos, não é um pagamento à vista, são pagamentos feitos ao longo do tempo, ainda que você venda o Anhembi ou ainda que faça uma concessão que renda, digamos, 3 bilhões de reais, normalmente isso é parcelado...

O SR. ANTONIO DONATO - Mas o Anhembi é venda de ações. Tem que pagar à vista. Você vai lá na Bolsa... Não sei, nunca comprei ação, mas imagino que você vá lá e tenha que pagar no leilão, não é?

O SR. CAIO MEGALE – Depende da atividade. O que nós fizemos, de forma até conservadora, foi distribuir esses 5 bilhões de reais em: 1 bilhão para o ano que vem e 2 bilhões para os próximos dois anos no PPA. Tomamos também o cuidado de não distribuir ainda esse investimento porque ele vai ser apurado e vai ser discutido no Conselho do Fundo de Desenvolvimento para que atividades esses recursos serão destinados. E também não temos uma precisão muito concreta, de fato, do volume desses recursos. Se for feita a venda do Anhembi em tempo hábil para entrar no Orçamento do ano que vem e for de 4 bilhões de reais, tanto melhor. Nós vamos ter mais recursos para investir na Cidade nas nossas prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Reafirmo que a Mesa pode estar se inscrevendo novamente após essas 10 falas. Estou aqui juntamente com o nobre Vereador Relator Ricardo Nunes. Estamos designando o nobre Vereador Zé Turin para a Sub-Relatoria na pasta da Cultura, se assim V.Exa. aceitar. Então, o pessoal da Cultura pode se manifestar.

O SR. ZÉ TURIN – Obrigado pela confiança. Será um prazer estar na co-relatoria, com o nosso amigo Ricardo Nunes, obviamente contribuindo com esta importante Comissão da

Casa. Podem contar com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, Vereador Zé Turin. Pois não, Secretário.

O SR. CAIO MEGALE – Só para fazer um comentário sobre as intervenções iniciais, que acho que são relevantes e contribuem muito com a discussão do Orçamento, que envolve a elaboração do Orçamento e um equilíbrio geral. Então, são importantes as manifestações de que são necessários recursos para tais e tais coisas. Isso é importante e legítimo. Mas também são importantes as manifestações que vêm acompanhadas de falas do tipo: “Poderia ser financiado por esse orçamento ou aquele outro orçamento, que na nossa avaliação, está mais inchado”. Alguns comentários foram feitos nessa direção, independente do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O nosso relator é um especialista nessa parte.

O SR. CAIO MEGALE – Independente do mérito, é importante, no debate, trazer a noção de aumentar daqui e reduzir dali para, ao fim, haver um equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos prosseguir. Próximo orador, Inti Queiroz, da Frente Única da Cultura. Depois, Fernanda Machado. (Pausa)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, que, em algum momento, o Secretário Megale possa também responder as questões que fiz relativas à tributação e ao aspecto de se alcançar uma maior equidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – No próximo bloco, nobre Vereador. (Pausa) Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Só uma colocação. V.Exa. citou o Vereador Zé Turin como Sub-Relator da área da Cultura até por conta de sua capacidade. O próprio coletivo, a pessoa com quem a gente conversou, tem muita simpatia pelo seu nome, Vereador Turin. Isso é importante, até porque faz parte do mesmo bloco da Vereadora Soninha, que já foi Sub-Relatora da Cultura no PPA.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço desculpas por não ter anunciado a presença do Vereador Atílio Francisco, que é nosso relator do PPA.

Tem a palavra Inti Queiroz.

A SRA. INTI QUEIROZ – Bom dia a todos. Estamos aqui novamente, mais um ano, discutindo o Orçamento. A área da Cultura está presente em peso. Estaremos aqui todos os dias, assim como fizemos no ano passado. Que bom que tem uma Comissão específica para a Cultura, o Turin terá nossa presença sempre aqui, porque nós da Cultura estudamos o orçamento. Passamos meses estudando o orçamento aqui, tivemos uma comissão de orçamento. E o que me deixa feliz por um lado é: bom que a economia do Município está crescendo, mas por que a Cultura sempre é penalizada com isso. Tivemos várias reuniões na Prefeitura, ao longo do ano, e sempre é esse papo, quando é para falar da Cultura não tem dinheiro. Mas está crescendo o dinheiro, então, mas Cultura não tem dinheiro.

Gostaria de fazer uma fala mais técnica aqui, mas realmente é difícil, porque parece que ficamos um ano falando para ninguém. Pensando que o orçamento da Cultura ainda continua 35% congelado perante os outros orçamentos, claro, que há outros orçamentos muito importantes que dialogam com a Cultura, até porque a Cultura é uma área de centralidade e dialoga com todas as outras áreas. Quem sempre sofre mais com isso é a periferia, as crianças. Essas pessoas sempre sofrem mais com isso.

Então não é vir aqui defender uma linguagem ou outra. E principalmente lembrar que estamos com 10 meses de governo e até agora o Secretário de Cultura ignora o plano municipal de cultura que é estruturante para a Cultura. E que pensa a Cultura de uma maneira muito ampla dialogando com todas as áreas. Isso ficou muito claro no projeto da LOA que realmente não há intenção. E no plano plurianual também, não há intenção de diálogo com a Cultura.

Esse plano municipal de cultura vem sendo construído há mais de 10 anos. Não foi construído na semana passada com meia dúzia de pessoas. Foram mais de 10 mil pessoas

participando desses diálogos, dessa construção. Então vamos começar novamente a pedir reuniões. Ficamos tristes de ver que o Prefeito, por exemplo, não nos recebeu, apesar de termos pedido em algumas reuniões para falar com o Doria. Mas recebeu para falar de Cultura o Latino, Luciana Gimenez, Marcos Mion e não recebeu a galera da Cultura. Gostaríamos de dialogar até porque temos o plano municipal de cultura que já mandamos de presente para o Doria.

Então gostaria de entender por que apenas 0,78% no orçamento, para 2018, sendo que o indicado pela ONU e UNESCO é de no mínimo 1%. Então vamos conversar. Conversar também com o Turin, o mínimo do mínimo do mínimo é 1%. É isso aí.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Fernanda Machado, AGPP.

A SRA. FERNANDA MACHADO – Bom dia a todos. Queria reforçar o que já foi falado pelo meu colega porque esses dados são alarmantes e absurdos.

Existe um déficit de mais de 11 mil cargos vagos, uma média de aproximadamente 680 aposentadorias por ano, mais de mil servidores com abono de permanência e o último concurso foi em 2008. Vai fazer 10 anos.

O concurso de AGPP, 2016, foi citado no *Diário Oficial*, no dia 11 de outubro, pelo Conselheiro Corregedor João Antonio do Tribunal de Contas do Município. Ele relatou que foi constatada, através de auditorias programadas, que a falta de servidores é um problema crônico e permeia toda a Administração Pública. Ressaltou merecer destaque que uma das maiores carências de servidores no Município de São Paulo se dá na carreira de AGPP. Citou o concurso realizado em 2016 para o provimento de mil vagas e concluiu que existe uma séria deficiência deste profissional, o que pode acarretar prejuízos na prestação dos serviços públicos.

Ao mesmo tempo não se tem notícias até o presente momento da nomeação dos

candidatos aprovados, embora já se tenha passado mais de um ano da homologação do certame. Recomendou assim o preenchimento das vagas observando o concurso realizado em consonância com a disponibilidade e necessidade por parte do Poder Público.

São muitas as evidências da grande necessidade de nomeação para este cargo. Por isso pedimos que seja reservada na LOA quantia suficiente para essa demanda. Pedimos uma rubrica específica para nomeação de mil candidatos – o que constava no Edital – antes do vencimento do concurso, no próximo ano. Até hoje não houve nomeação nenhuma.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. André Araújo, munícipe.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas, em especial aos nobres Vereadores aqui presentes. Vou tocar no tema da regularização fundiária, da moradia, que infelizmente não tem tido a importância devida.

O que é regularizar? É integrar os núcleos e assentamentos informais, principalmente aqueles de interesse social, ao ordenamento territorial do Município. É dar dignidade, garantir a geração de empregos através de reconhecimento, de comércios, de empresas, nesses núcleos de assentamentos informais.

Mas chamo aqui a atenção para a lei nº 13.465, de 2017, em vigor desde julho, que ampliou a função do Município. O Município vai ter que dar legislação fundiária, ou seja, titulação para aquela população que está na periferia marginalizada.

O Senador Suplicy falou em erradicar a pobreza, o maior significado de erradicar a pobreza é garantir que esses marginalizados que estão nesses bairros periféricos possam ser reconhecidos. Essa Cidade legal possa ser legalizada.

Infelizmente o que tem acontecido até o presente momento é o descaso na regularização fundiária. É o descaso com a moradia digna. Temos aqui os amigos da Raposo Tavares que moraram tanto tempo no Ecoponto; os amigos da zona Sul que demoraram três, quatro horas para chegarem aqui. Regularizar é dar transporte, garantir os equipamentos

sociais comunitários, o lazer.

E aqui foi falado sobre Cultura. Como vamos falar em Cultura, emprego se o bairro não é reconhecido. Tem lugar ali no Manacá da Serra, que a família não tem direito a receber uma carta em casa.

Então além da questão da verba orçamentária sugiro que esta Casa – a Casa do Povo – crie uma frente parlamentar de regularização fundiária.

A questão é essa: não queremos apenas um título, um domínio. Queremos também os equipamentos sociais, obras para as áreas de risco, obras para a questão ambiental e saneamento básico. Temos aqui a nossa amiga Andresa, o esgoto correndo a céu aberto, o que a Prefeitura tem feito lá no Jardim Papai Noel? Nada. Então peço que seja indicado o sub-relator da Habitação.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil. Esqueci de anunciar o órgão que o senhor representa.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Mundial da Uni Global Trabalho e Cidades, da Unesca e da São Paulo Trabalho e Empreendedorismo, órgão ligado a Unesca, primeiramente parabenizar o Presidente desta Comissão, demais Vereadores, Vereadoras e todos e todas presentes, reunidos para debater as políticas públicas de ciências econômicas da cidade de São Paulo. Também parabenizar todos os internautas e telespectadores da TV Câmara.

São Paulo tem um PIB de 675 bilhões de reais, valor atingido agora em 2016. Mas o orçamento é pequeno, 55 bilhões, São Paulo contribui para o Governo Federal com 12% e para o Governo do Estado com 40%. Absurdo, porque aí o orçamento da cidade de São Paulo fica reduzido às migalhas de políticas públicas para a sociedade paulistana.

Enquanto isso, o Governador Geraldo Alckmin com a marcha que montou para roubar 100 bilhões até 2018, é dinheiro da cidade de São Paulo que está indo. Está tirando o

leite das crianças da periferia, o transporte escolar. É dinheiro da Cultura, da Educação que está sucateada e roubando e distribuindo para as empresas ligadas a ele para depois fazer a distribuição de roubado para o PSDB, PMDB e demais partidos ligados ao sistema de corrupção.

Mesmo assim o comparsa dele, Michel Temer, a estratégia desse ladrão de quarta esquina é roubar 100 bilhões até 2018, comprando voto, distribuindo dinheiro roubado para os Deputados e Senadores para mantê-lo lá no sistema de podridão, de corrupção do país e eles ficam levantando os panos o tempo todo, cometem atentado ao pudor, não são processados porque distribuem dinheiro roubado para o Juiz, para o Exército para intervenção.

Então essa é a mazela que está acontecendo no país. Em Brasília o urubu está voando de barriga para cima e galinha ciscando para frente. A mesma coisa acontece aqui no Estado de São Paulo. É um verdadeiro absurdo. Acho que a cidade de São Paulo tem que dizer a esse ladrão – o Geraldo Alckmin – que não vai mais repassar 40% do seu orçamento, vai reduzir...

O SR. AURÉLIO NOMURA - Presidente, por gentileza, assim não tem condições. Pediria moderação com relação a essa questão, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) – O Presidente cuida disso.

O SR. LAERTE BRASIL – Quando eu denunciei esse verme do Geraldo Alckmin, eu denunciei o Sergio Cabral, denunciei a mulher do Sérgio Cabral que já tinham comprado 12 milhões em joias com dinheiro roubado e denunciei...

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) – Encerrado o tempo do Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Obrigado pela palavra. E ladrão na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) – Queria permitir que se dissesse que tudo que é dito aqui que denuncia alguém seja levado à Corregedoria da Câmara, por gentileza.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, um aparte por gentileza, tenho o maior repeito pelo Laerte Brasil, mas não posso admitir acusações levianas como essa. Acho que

todas as acusações...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço que leve até a Corregedoria. Concordo com V.Exa., Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Tenho o maior respeito pelo Brasil, mas não posso admitir posições como essa. Isso aqui não é brincadeira, acho que todos que estão falando aqui estão falando com seriedade. Aqui não é coisa leviana não.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esta Presidência não é conivente. Concordo com V.Exa.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Quero deixar clara essa posição. Todos podem... até um dar risadinha marota, mas acredito que ninguém é conivente com essas posições e essas denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Como é uma audiência pública não posso impedir a palavra dos munícipes. Está registrado o que V.Exa. disse.

Tem a palavra o Sr. Renan Vieira.

O SR. RENAN VIEIRA – Bom dia nobres Vereadores, todos os presentes nesta audiência pública. Eu me chamo Renan Vieira, sou um dos membros do MRFU, Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização.

O que estamos pleiteando? Analisando o orçamento do ano passado tínhamos 54,6 bilhões de receita e foram destinados 662 milhões e 850 mil para regularização fundiária e urbanização. Então tínhamos aí um índice de 1,21%. Desse valor 331 milhões foram destinados para operações urbanas, então a Operação Urbana Água Espreada, Água Branca e Centro. Os outros 6% deveriam ter sido destinados para as periferias. Não digo que esse dinheiro não tenha que ser investido nas operações urbanas, mas são regiões mais centrais, longe dos problemas mais periféricos.

Para 2018 está sendo proposto um recurso de 201 milhões 375 mil para a regularização fundiária e urbanização, que representam um índice de 0,37% do orçamento

total. E desses 201 milhões 375 mil, 77 milhões vão ser destinados para operações urbanas. Então restariam 124 milhões para investir na periferia representando 0,22% do orçamento para essa finalidade.

Um ponto também que gostaria de chamar atenção, hoje dentro do território da cidade de São Paulo, dos 1521 quilômetros quadrados que temos, se descontarmos as áreas de preservação, 586 quilômetros quadrados, ficaremos com 935 quilômetros quadrados que não são área de preservação.

E que zoneamento temos nessas áreas? Zoneamento de ZEU, ZEUP, ZEM, ZEMP, ZCOR, entre outros. E finalmente temos também o zoneamento de ZEIS, ZEIS 1, ZEIS 2, ZEIS 3, ZEIS 4 e ZEIS 5. Esse zoneamento de ZEIS representa 172 quilômetros quadrados. Da área ocupada seriam 18,39% da cidade de São Paulo.

Dentre esses zoneamentos o principal é o ZEIS 1, que seria uma Zona Especial de Interesse Social que deve passar por um processo de regularização fundiária e daí se transformar numa Zona Mista de Interesse Social. Isso já tem um dispositivo dentro da Lei de Zoneamento para que ocorra. Mas infelizmente o recurso destinado não será possível para que tudo isso aconteça.

Então o que pleiteamos aqui é para que haja uma atenção especial para a regularização fundiária e urbanização que nessa discussão para o zoneamento, em 2018, entre numa pauta. Isso é de extrema importância para garantir uma qualidade de vida digna para todos os moradores dos bairros periféricos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Tatá Silva.

A SRA. TATÁ SILVA – Boa tarde a todos e todas. Sou a Tatá Silva, Presidente ali do Bairro Manacá da Serra e Adjacências.

Represento uma população grande de moradores de áreas irregulares. Vim aqui hoje para reivindicar aquilo que é de direito da gente. Quero regularização fundiária para o

Manacá da Serra e para os bairros em volta que incluem Papai Noel, São Norberto, São Nicolau, Chácara dos Reis, Marilda e vários outros que estão ali a nossa volta.

Fiquei preocupada com a situação dos bairros porque a gente não tem nada lá no bairro. Não temos nada. Não temos escola. Temos esgoto e água porque conseguimos uma ordem judicial, senão não teríamos. Bebemos água contaminada por 20 anos.

Trouxemos o pessoal do Papai Noel que o esgoto é a céu aberto. Isso é normal. Ninguém se preocupa em aumentar a verba, ninguém se preocupa em regularizar. Gostaria de convidar o Caio para que vá lá a Parelheiros e conheça essas áreas. Vai lá andar com a gente no bairro, pisar na água, o esgoto a céu aberto porque aí ele vai entender e vai aumentar. Vai dar condições para que possamos lutar por regularização fundiária de verdade, que a gente possa mudar a situação das pessoas que moram lá porque é triste. É uma realidade absurda.

Estão aqui dois moradores, as duas casas e no meio o esgoto passando. E isso é normal, Vereadores. É normal. Esses moradores estão lá desde 87. Eu estou no Manacá da Serra há 20 anos. E é normal isso, porque ninguém regulariza. Então é normal.

Eles querem que a gente acredite que isso é normal. Eu vim aqui para dizer que não é normal e eu estou lá para conscientizar cada um que está lá que isso não é normal, e que eu tenho direito à dignidade, que eu tenho direito a tudo aquilo que um bairro nos Jardins tem, tudo aquilo que outros bairros regularizados têm.

E não há quem vá mudar esse preceito da Tata. Quem conhece a Tata sabe que eu luto por aquilo que é de direito, que é certo, que é correto, que é meu e ninguém vai roubar. É o meu sonho de ter direito de ter uma casa regularizada; de as minhas filhas terem direito de a perua subir ao lugar onde eu moro e pegar elas, se eu tiver condições de pagar uma perua. Isso é direito.

Eu quero que os vereadores dessa Mesa, que aqui compõem hoje, se conscientizem que nós estamos lá e que vocês estão aqui porque a gente colocou vocês aqui para vocês defenderem os nossos direitos, para vocês irem lá ver a nossa realidade. E a nossa

realidade, a realidade dessa moça que eu conheci há pouco tempo é morar do lado dos resíduos. Sabem o que acontece lá? O esgoto está debaixo do chão, a vala não tem uma elevatória. Olhem só a situação. Isso pode ser mudado, isso pode, se derem condições de a gente fazer a regularização fundiária daqueles lugares. Isso pode ser mudado.

E eu quero dizer para vocês, vereadores, que nós estamos lá, eu, a Andreza e muitas outras, para mudar a realidade daquele povo que está lá. E eu agradeço a oportunidade de vocês nos ouvirem hoje. E dizer mais uma vez que nós vamos incomodar. Eu, Tata Silva, vou incomodar até vocês enxergarem a gente lá e mudarem a nossa realidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado. Aproveitando a boa fala do André, do Renan, da Tata, quero convidar vocês a participar da audiência pública de sexta-feira. E, no momento oportuno, talvez o Secretário Caio possa nos auxiliar, porque no projeto que vai ser discutido na sexta-feira tem a previsão de um recurso para a área de habitação, que é o que vocês pedem e é importante participar, sexta-feira às 10h30. (Pausa) O Caio está me corrigindo aqui: o que vai ser discutido na audiência pública de sexta-feira é um recurso de 200 milhões de habitação e saneamento.

Próximo, Jesus dos Santos, por três minutos.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Bom dia a toas e a todos. Na verdade eu fico mais triste de vir nesse “baguio” aqui, porque isso aqui não adianta nada, para ser bem sincero. A Prefeitura, em nome do Secretário Caio Megale... Que inclusive em uma das nossas conversas a gente concordou que, para fazer esse tipo de apresentação, para falar nada com nada era melhor a gente fazer no bar, não é verdade?

Esses dados que são mostrados aí só apontam, na verdade, algumas questões. A primeira é contradizendo o que o Caio Megale disse, que está aberto para dialogar com a sociedade. Desde o dia 28 de abril que a gente vem dialogando com a Gestão sobre diversos pontos das políticas públicas culturais da cidade de São Paulo, e todas essas sobre as quais nós dialogamos vocês tiraram da previsão orçamentária. Então a primeira pergunta é: qual é o

tipo de diálogo mesmo que a Prefeitura tem com a sociedade civil?

Bem, o Banco Central cedeu em vários parâmetros, mas é um governo golpista que mente, que não está aí de fato para governar para a população brasileira, mas, sim, para o empresariado, assim como a Prefeitura de São Paulo tem feito, haja vista o Programa de Privatizações que está rolando aí.

Eu não consigo entender, cara, como é que vocês apresentam, já que o Orçamento está cada vez mais aumentando, para a Assistência Social o mesmo parâmetro do ano passado. Como que vocês apresentam um Orçamento deste nível? É incabível apresentar um “baguio” desse aqui, cara, é incabível!

Bem, a proposta orçamentária saiu de 54,7 e foi de 56,2. Esse dinheiro todo que vocês estão prevendo vai para empresário? Porque para políticas públicas eu não estou vendo nada, haja vista o que vocês apresentaram na Assistência Social.

Bem, o aumento da compensação tarifária é muito contraditório, porque vocês estão querendo concessionar terminais, bilhetagem. E esse dinheiro vai servir para quê?

Para finalizar, quero agora falar com os vereadores. Ricardo Nunes, a primeira coisa: Cultura não é importante para você? Você também não pode assumir essa bucha? Essa é a primeira pergunta. Segunda, para os vereadores... Se bem que o Ricardo Turim é *brother*, esteve lá na ocupação da Câmara quando pleiteávamos - e continuamos pleiteando - o processo do plebiscito das privatizações. Mas acho que o Relator, que inclusive já nos conhece, já dialogamos sobre a questão da LDO, poderia dar esse crédito para a cultura, que sempre está aqui, e possa fazer esse diálogo *tête-à-tête* conosco. Então isso é um pedido.

Para os vereadores eu quero dizer o seguinte: a Gestão Doria tem caído na sua popularidade, e esta Casa tem a responsabilidade de não fazer com que a popularidade também caia, porque passar um projeto de lei como esse que descaracteriza a função social da administração pública...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Precisa concluir.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Vou concluir. E concluo dizendo o seguinte: é de responsabilidade de vocês não deixar passar uma LOA que descaracteriza a função social da administração pública. Ou vocês preferem que continuemos não a vir aqui justamente só dialogar, mas que a Cidade se torne um caos?

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto,

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Jesus.

Quero comunicar que as inscrições estão encerradas, mas nós temos mais de 30 inscritos. E teremos também sessão ordinária às 15h hoje nesta Casa.

Próximo inscrito, Bernardo Jazem, Assistência ao Idoso. O Sr. Bernardo já não falou hoje? (Pausa) Muito bem, falou sim. Ele solicitou uma antecipação.

Roney Gonçalves, Federação de Dança de (ininteligível). Permitam a minha ignorância.

O SR. RONEY GONÇALVES – Boa tarde a todos. A ignorância é nossa, porque enquanto vocês não conseguirem entender que a cultura é diversa e nós somos... Teve as Olimpíadas no ano, sei lá, esses dias aí, com todo o orçamento do esporte, lazer, cultura e diversas áreas, vocês trouxeram acho que 17 medalhas, e sozinho o *break* trouxe mais de 18 medalhas no mesmo período, com recursos feitos nas favelas, nas escolas, alguns deles com apoio do Mês do Hip Hop.

O que a gente vem pedindo é que muitas vezes a gente vem aqui, a gente só recebe tapinha nas costas e é muito simples vocês apoiarem a gente. No ano retrasado a gente veio aqui: “Não, a gente consegue dinheiro para vocês nas subprefeituras, um real por cidadão, 11,6 milhões”, e esse dinheiro não chegou na subprefeitura. A gente ficou o ano inteiro tentando fazer a execução dele. No ano passado foram aprovados 12 milhões no orçamento de vários de vocês, vereadores, como rubrica direta, e a gente veio diretamente, com todo o projeto de lei aprovado, e vocês não conseguem fazer executar.

Para mim parece aquele negócio de prometer casamento: “Não, você vai casar com

a minha filha, mas você não vai levar”. Então a gente consegue as negociações, porque política é isso, um convencer o outro de fazer alguma coisa, só que vocês nunca cumprem a parte de vocês, porque, a partir do momento que vocês conseguem colocar o nosso orçamento que é pedido na rubrica, ela não é executada. Então é uma promessa infundada.

A gente vai para a escola para aprender a ser direito, ser bacana, ser justo, ser honesto; aí a gente chega aqui, tenta fazer uma conversa na bolinha do olho, porque papel para mim muitas vezes é importante, mas não é o mais importante. A dignidade e a palavra de vocês, vale muito, porque na hora que vocês podem para a gente apoiar vocês na votação para ter poder, para poder mudar a Cidade, as coisas são feitas de uma maneira bacana para vocês. Só que não é feito para a população.

Então o nosso pedido hoje aqui, via Fórum Municipal, via Federação de Breaking... No ano que vem vai ter Olimpíadas da Juventude na Argentina. Tivemos quatro de 900 mil dançarinos no mundo inteiro; quatro são brasileiros, nenhum deles conseguiu ir para uma semieliminatória. Então, assim, vocês estão investindo muito na parte da segurança pública, mas estão esquecendo da cultura. No restante do mundo, os maiores índices de desenvolvimento humano são os que são investidos em arte e cultura.

A gente pede 500 mil reais para cada casa de cultura, para poder fazer investimento local, zona Sul, zona Leste, zona Oeste e zona Norte, que também não têm, precisa terminar o Centro. Foi prometido para a gente fazer esse ano, ainda não foi colocado, dois milhões de reais, sendo um milhão da pasta da Cultura, um milhão da pasta da Educação, para a gente conseguir concluir o projeto de lei do Mês do Hip Hop. Como no ano passado a gente teve vários embates junto ao Secretário, no Executivo etc. Então a gente pede um apelo de vocês para a gente conseguir pelo menos fazer a execução com dignidade, porque a gente consegue equilibrar a parte brutal desta Cidade que está se tornando um caos, e a gente precisa desse apoio aí de vocês, e muitas vezes vocês precisam do nosso apoio para alguma coisa. A gente quer fazer essa troca, mas uma troca digna.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Roney.

Deixe anunciar a audiência pública sobre os concursos públicos em vigor, com o Secretário Paulo Uebel, dia 31/10 às 13h, primeiro andar.

DJ Pack Jay, munícipe.

O SR. PACK JAY – Boa tarde a todas. Sou o DJ Pack Jay, moro no bairro Jardim Vista Alegre, zona Norte de São Paulo, e faço parte do Fórum de Hip Hop.

A gente queria que efetivasse as rubricas orçamentárias de um milhão de reais para o Mês do Hip Hop, na pasta Secretaria da Cultura, e também na pasta Secretaria da Educação; rubrica orçamentária de dois milhões de reais para ações do *hip hop* voltadas para implementação da Lei 10.639/03, na pasta Secretaria da Educação.

É isso aí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Valeu pela objetividade.

José Luiz Adeve, Fundação Tide Setubal.

O SR. JOSÉ LUIZ ADEVE – Bom dia a todos os vereadores, vereadoras, Jair Tatto, Ricardo Nunes, Suplicy, Secretário da Fazenda Caio Megale.

O motivo de a gente estar aqui é que encorpamos um colegiado de instituições e lideranças comunitárias em São Miguel, sobretudo no Jardim Lapena, e neste momento essa comunidade, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas, com apoio também da Fundação Tide Setubal, desenvolve um plano de bairro para atender algo que é muito interessante para toda periferia de São Paulo, que são as microdemandas urbanísticas estruturais. Tivemos oportunidade de conversar com o Secretário Paulo Uebel, é uma comunidade muito organizada que sofre também essa inequidade existente na Cidade e com essa centralização de recursos e investimentos nas áreas mais nobres.

O Plano de Bairro na revisão do plano diretor estratégico em 2014 ganhou luz, ganhou foco, ganhou notoriedade. É um instrumento muito interessante até mesmo para

potencializar as próprias ações de zeladoria que temos visto que estão e realmente podem acontecer. São microdemandas específicas, como microdrenagem, arborização, mobilidade urbana, requalificação dos espaços públicos entre outros e dos próprios equipamentos públicos.

Não tem um custo elevado e o motivo de estarmos aqui, nesta Casa do povo, é reivindicar a inserção do Plano de Bairro na alínea do plano regional que está contido, Secretário, principalmente, no PPA de 2018 a 2021. Pedi ao presidente da Comissão do Orçamento que considere isso, ao Ricardo Nunes, relator, que também os vereadores façam um esforço para que esse importante instrumento que corrige essas desigualdades socioespaciais na Cidade possam ser utilizados por todas as outras microrregiões e territórios da cidade de São Paulo que sofrem bastante com essas desigualdades socioespaciais.

Finalizando, queria dizer também que estamos num momento em que precisa haver urgentemente uma descentralização da gestão urbana da Cidade. Fica aí o nosso pedido, o Mário entregou para vocês alguns ofícios. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Melissa Ruiz, conselho participativo de São Miguel. Está aqui a solicitação por escrito, protocolada, com o nobre relator.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, peça para deixar o contato, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Eles deixaram o ofício, só pedir para deixar o contato.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Melissa, em seguida Sra. Maria Aparecida Ribeiro Costa.

A SRA. MELISSA- Bom dia a todos os presentes, a Mesa. Estou representado o Conselho Participativo de São Miguel, e gostaria que fosse levado em conta no orçamento da Cidade a continuidade de obras paradas em São Miguel, porque são obras importantes, que é o CEU São Miguel e a UPA São Miguel.

Grande equipamento de educação e um grande equipamento de saúde, sendo que

em São Miguel só temos um pronto-socorro. Quem conhece lá sabe da dificuldade que é concentrar tudo em um pronto-socorro só. Então, a necessidade de termos esses dois equipamentos serem finalizados.

Outra demanda é o CRM, que é Centro de Referência da Mulher que foi fechado e São Miguel tem altos números de violência contra a mulher. Então, também pedimos atenção para que seja investido orçamento nesses equipamentos na região de São Miguel Paulista. Peço apoio à Soninha, representante feminina nessa comissão para que possamos encaminhar um olhar com maior qualidade para essas questões referentes à mulher.

Aproveito e reitero a fala do José Luiz Adeve, dos planos de bairro, porque também está sendo uma discussão do Conselho Participativo de São Miguel, que esse colegiado que citou foi apresentar. É uma iniciativa muito importante para o bairro porque prioriza demandas da população. Isso ajuda, colabora muito com o Poder Público a organizar o que é prioridade para a população e realmente investir o dinheiro naquilo que vai ter impacto para aquela comunidade. Pensando também que os políticos não conseguem estar em todos os lugares o tempo inteiro, então o olhar da população é muito importante para fazer investimentos mais assertivos.

Quero contar que esse plano de bairro já tem plano de ação feito e já tem muitas ações feitas pela comunidade, então, está faltando essa contrapartida do orçamento público para que possamos realizar ações maiores, mas já tem uma organização, seria importante fortalecer essas iniciativas de plano de bairro. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Repetindo que sábado próximo, às 14h, CEU Jambreiro, audiência regional da Leste, todos os prefeitos regionais foram convidados de maneira oficial. De manhã, faremos a região oeste, no Tendal da Lapa.

Maria Aparecida Ribeiro Costa, em seguida os vereadores.

A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO COSTA – Boa tarde, obrigada pela oportunidade. Estou aproveitando, exercer a participação popular, estou no momento no

grande Conselho Municipal do Idoso e venho aqui, Secretário de Finanças, pela diminuição da verba da cultura, da verba da assistência social, porque o idoso também necessita de cultura, de habitação, de saúde.

Eu gostaria de saber, que o senhor me ensinasse como solicitar rubrica para programas específicos para idosos em situação de rua. Temos uma demanda significativa de idosos em situação de rua, não só na região central, como em toda a periferia, a população está crescendo cada vez mais. Não pode acontecer neste momento, diminuição de verba. Pergunto ao senhor, ao relator e Vereador Jair Tatto, se é preciso o grande Conselho Municipal do Idoso agendar reunião com os senhores, específica, para falar da situação do idoso em cada região, ou se podemos começar a dialogar, negociar agora. A situação dos idosos é delicada, porque para nós é o aqui e agora. Não dá para esperar muito.

Gostaria realmente de saber como se consegue uma rubrica específica para atender a população idosa em situação de rua, porque essa verba que vem para o idoso vem como população de rua, mas não vem específica para o idoso em situação de rua.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vou fazer um registro que no ano passado, o relator Atilio Francisco fez um esforço, abriu essa rubrica, conseguiu. Certamente, vamos garantir com o nosso relator esse espaço orçamentário.

A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO COSTA- Eu agradeço pela oportunidade e consideração. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadores Aurélio Nomura e Soninha Francine inscritos.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, antes do Vereador Nomura falar, gostaria de falar sobre o assunto. Vamos fazer um diálogo com a subcomissão do idoso na Câmara, Suplicy, porque já tratamos de forma constante com relação a essa rubrica. Particularmente não estou entendendo como consegue fazer rubrica.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dia 9, Vereador, direitos humanos, assistência

social e fundo municipal do idoso.

O SR. RICARDO NUNES – Mas me comprometo com a questão do idoso, dialogar com a subcomissão, Vereador Toninho Paiva, foi o Vereador Mario Covas presidente, eles têm um entendimento grande e podem contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, vamos tocando. Vereador Aurélio Nomura, líder do governo João Doria.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente. Na realidade, gostaria de mostrar alguns dados antes de iniciar propriamente a questão orçamentária, mas alguns valores que foram orçados desde 2013 até 2017.

Por incrível que pareça, principalmente, em relação à área da assistência social, menos de 40% foi liquidado, desde 2013 até 2017. Pela média foi orçado 46, 47, 49, 50 e este ano 52. Então, só para mostrar que o que é orçado não é realizado. Isso é importante.

Tanto é verdade, que nesse período que tivemos, colocava-se que recursos oriundos de verbas federais chegaram a incluir 9 bilhões de reais, acho que foi no segundo ano de governo, se não me engano, depois para 7 e no final para 5 bilhões. Isso redundou problemas extremamente sérios porque esse dinheiro não vinha e nunca veio. De tal maneira ocasionou uma coisa. No final do governo, logo após a perda das eleições, a administração passada gerou despesas que não foram quitadas. Então, volto a falar que para o OS da saúde, 277 milhões não foram pagos no ano passado; compensação de tarifa de ônibus, 378 milhões; contratos de limpeza, 55 milhões; total de 710 milhões que não foram pagas e sequer foram empenhadas. Outra coisa interessante que diz respeito é que dentro da administração, a previsão para este ano orçamentária, ficou fora da compensação tarifária, 1,1 bilhão, ficou excluído não foram computados. Contratos de limpeza, 350 milhões; atividades do fundo municipal de saúde, 300 milhões, até o salário dos educadores, professores, ficou descoberto em 550 milhões.

Essa, na realidade, é o início de uma conduta que foi totalmente equivocada.

Estufaram o orçamento e gerou todas essas distorções, não tinha dinheiro para realizar e não tem dinheiro para tocar.

Outra colocação feita pelo Vereador Donato foi em relação à diferença que tem em relação a valores. É importante ressaltar, acho que o Secretário não esclareceu, que a atual previsão de receitas provenientes de dívida ativa, PPI, PAT, bem como respectivos juros e multas, anteriormente eram computadas como receitas correntes, e nesse orçamento, foram distribuídos nos respectivos tributos. Ou seja, o que é IPTU foi classificado como IPTU, ISS como ISS, o que é ITBI como IPTBI, por isso que deu essa variação negativa dentro das receitas correntes, porque foi separado e desmembrado o ISS, o IPTU e o ITBI.

Na realidade, o orçamento de 2017 está prevista uma arrecadação com relação o PPI, dívida ativa, multas, juros, outras receitas correntes, 2,5 bilhões, dos quais foram distribuídos em 2018 e estimados em 1.8 bilhões. Então, essa é a diferença que gostaria de falar.

E outra questão que gostaria de falar é que deveremos votar no dia de hoje um projeto do governo que diz respeito à contratação de operações de crédito, não votar, mas começar a discutir com relação a contrair empréstimos. E esses recursos estão destinados para a reestruturação e requalificação de redes assistenciais, o Avança Saúde. No valor de 100 milhões de dólares, para a construção de hospitais, ubs, enfim, a reestruturação dentro da saúde pública de São Paulo.

A outra questão, cerca de 200 milhões, destinados à Casa da Família do Município de São Paulo, para a construção de habitação de interesse social. Outro projeto, 30 milhões para asfalto novo e um projeto, 500 milhões para intervenção de mobilidade urbana, prioritariamente para projetos, sistemas viários e asfalto novo, melhoria de condições de funcionamento dos corredores e vias urbanas e por isso vamos precisar de 500 milhões. Acredito que melhoramos e queremos melhorar os corredores de ônibus. Muitos de vocês pegam diariamente e sabem que está em um estado lastimável e por quanto precisamos

buscar recursos.

Estamos pegando 200 milhões também para o sistema de drenagem e regularização das águas drenadas para eliminar as enchentes. É pouco? É pouco, mas é bom que se diga que o que se busca aqui do governo - de 1,2 bilhão que eu estou falando corresponde ainda muito pouco do que a Prefeitura poderia buscar porque a Prefeitura pode contrair o equivalente a sete bilhões, mas a parcimônia deste Governo de não comprometer todos os recursos para não inviabilizar os governos futuros é que se olha com atenção.

Esperamos que com esses programas e tantos outros e recursos do Plano Municipal da Desestatização - que acreditamos que o ano que vem possamos receber um bilhão de reais - e aí investir somente em educação, saúde, mobilidade urbana, assistência social e habitação. Essa é a proposta.

Vamos avançar, queremos resolver os problemas da Cidade, mas queremos acima de tudo priorizar as ações em saúde, educação e mobilidade urbana, habitação e assistência social.

Era o que queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Uma solicitação, Vereador Eduardo Tuma, vice-presidente desta Casa, não há transmissão desta audiência pública nos arredores?

O SR. EDUARDO TUMA – Quais arredores, Presidente Jair?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É um problema técnico?

O SR. EDUARDO TUMA – Agora já corrigiu: www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line e você consegue assistir esta audiência pública. Se V.Exa. tentar no seu mobile, no seu iPhone. V.Exa. é de esquerda, não é Vereador Jair?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Como?

O SR. EDUARDO TUMA – V.Exa. é de esquerda? Esquerda com iPhone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sempre, sempre.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO TUMA – Nós recebemos o cônsul da China, hoje, então, eu vim de vermelho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Temos 28 milhões a mais este ano para limpeza urbana.

Tem a palavra a nobre Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Bom dia. Uma pergunta para o Secretário bem simples até. Na previsão de receitas, o item crescimento da frota parece com uma projeção, uma porcentagem maior do que o aumento da produção industrial de carros novos. Eu queria entender porque essa diferença, haja vista que o aumento da frota tem um impacto na vida da Cidade do ponto de vista de despesa, mas tem um impacto bastante mensurável do ponto de vista de receita e eu não entendi porque que tem essa diferença.

Sobre os pontos que eu concordo com algumas posições que já foram manifestadas na assistência social, por exemplo, até já tive outras oportunidades de falar sobre isso em reuniões, mas tem uma previsão para ano que vem de um aumento muito grande de gastos com os grandes equipamentos da população de rua, aqueles de grande capacidade - que é um modelo que a gente tem de superar, é o modelo ultrapassado. Para a população de rua, serviços menores com capacidade menor de 10, 20 pessoas, no modelo república são melhores e custam menos. Então, deixar isso registrado também, e concordar com a necessidade de chamar AGPPs. No caso da Assistência Social, você tem um concurso que pedimos, o Paulo Ebel prorrogou porque estava para vencer já. E a Assistência Social precisa de mais assistentes sociais, ainda mais porque tem muita gente com muito tempo de carreira, portanto, à beira da aposentadoria. Então essa reposição precisa ser ampliada e ainda por cima, repor.

E, quando estávamos estudando o Plano de Metas, analisamos que para alcançarmos a meta da norma básica do SUAS e de que um CRAS tem a cobertura de 5 mil famílias, precisaríamos dobrar o número de assistentes sociais. E se dobrasse assistentes

sociais para trabalhar nos CRASs, nos centros de referência, teria-se um impacto anual de R\$ 20 milhões. É muito dinheiro, mas perto do que isso representa é quase insignificante, até se compararmos com outras despesas de serviços como esses que eu mencionei.

Em relação às Prefeituras Regionais também não precisava ter sido Subprefeita para saber, para chorar, com a falta de recursos. Não dá para fazer uma gestão descentralizada com as prefeituras tão dependentes assim. A Prefeitura sempre de chapéu na mão pedindo para que algum Secretário ou Vereador mande emenda.

Regularização fundiária é uma pauta muito pouco presente em geral na mídia, na sociedade, e é crucial e eu pergunto, Secretário, se nessa projeção de receita de IPTU se se leva em consideração o IPTU progressivo aplicado nos imóveis que já foram notificados por não estarem cumprindo a função social. São centenas de imóveis. Houve alguns casos de recursos administrativos, de pedido de impugnação, mas a maioria deles está enquadrada nos requisitos para IPTU progressivo. Acho que as primeiras notificações são de 2014, então, já tem de ter aplicação disso.

Em relação à Cultura, tem uma subcomissão específica da Cultura, não é ter uma Cultura menos importante, pelo contrário, é dar um realce para a Cultura como outras áreas não têm. Eu sinto falta noticiar se não é importante suficiente para o Relator tratar disso? Não. Pelo contrário, o Relator trata de tudo e a Cultura tem uma atenção especial. Eu queria muito que tivesse uma subcomissão de Meio Ambiente, uma subcomissão que fizesse o recorte de todos os recursos de meio ambiente que inclui, é claro, o Saneamento Básico; que tem a ver com a regulação.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Jesus, minha vez. Sim, porque, não sei, pode ser. A gente até que fala bastante de Parelheiros, só que lá na ponta não se reflete.

Em relação mais uma vez à Cultura, já tivemos diálogos, debates e embates. Em 2016, o orçado foi de 501 milhões. Não adianta comparar esse orçamento com o que é orçado

para o ano que vem, porque o que foi gasto pela Secretaria de Cultura foi 349 milhões. Não adianta dizer: “Olha, botamos R\$ 500 milhões na Cultura”, não, botamos um número numa planilha: 349 milhões, 2016.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Dois mil e dezesseis, Pirata!

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Dois mil e dezesseis! Ou seja...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Eu sei. Presidente, por que eu não posso me manifestar na ordem?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Não, não dá para falar, Pirata.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Não dá para falar da execução orçamentária de 2017, porque 2017 ainda não acabou.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Tá bom, eu posso falar. De quanto gastou até agora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor. Jesus, por favor.

A SRA. SONINHA FRANCINE – De novo. A execução orçamentária 2017 só vou poder dizer o número completo quando terminar 2017. O que eu quero dizer é o seguinte. Não adianta eu dizer que o orçado para o ano que vem é muito menor do que o orçado nos últimos anos, porque o orçado em si não é o número do que foi gasto, é fácil dizer, vamos colocar um bilhão na Cultura. Colocaram, teoricamente, 500 milhões. No entanto, o que foi gasto, foi 349. E aí Secretário, tem uma dificuldade - eu sou muito obcecada na fiscalização da execução

orçamentária que é para onde dinheiro realmente foi – mas tem dificuldades na fiscalização, pelo fato de não haver algumas dotações orçamentárias próprias para gente fiscalizar ações.

Em 2013, o PIA, por exemplo, tinha uma dotação orçamentária própria. Então na hora em que a gente busca na execução orçamentária, dá para encontrar: foram orçados dois milhões e quatrocentos e executados 412 mil.

Desde 2014, não tem mais uma dotação orçamentária própria para o PIA. Ele está incluído em política de promoção cultural, então para descobrir quanto está sendo, ou foi gasto com o PIA, tem de solicitar uma informação, via comissão de finanças, como foi feito para que a Secretaria discrimine contrato por contrato – aí que aparece que o contrato foi para o programa de iniciação artística. Então são muitos os casos assim. Tivemos maior dificuldade para descobrir quanto de aluguel se paga na Educação, nas Prefeituras Regionais, na Assistência Social e na Saúde. Não existe essa busca por aluguel.

Em alguns casos, a fiscalização só é possível, ou é muito mais possível, se tiver essa discriminação. Aliás, há muito tempo que se reivindica as despesas com infância adolescência que também tem esse agregador possível. Saber quanto é gasto com criança e adolescente, não pode depender de milhões de buscas diferentes em Assistência Social, Educação, Cultura, Prefeituras. Então precisa ter esses elementos agregadores. E para concluir, muito bom lembrar-se dos planos de bairro, eu tenho, também uma obsessão com planos. Estamos trabalhando no mandato com 33 planos vigentes: leis, portarias, decretos, resoluções de conferência, que não foram formalizados de outra maneira, 33 planos, para um ano, dois anos, quatro anos, dez anos e até 2030. Se a gente não estudar, e ai vale mais para a comissão até, o quanto esses planos estão ou não representados no PPA e no Orçamento, para que tanto plano? Se investe em recursos. A realização de conferências da igualdade racial. Tem um documento produzido isso. Não se acha onde está isso no orçamento, se é que está.

Precisamos criar, que fosse uma subcomissão, mas é tão abrangente, que nem é o

caso também. Não é um recorte. Pelo contrário, é uma observação vertical, horizontal no orçamento que precisa ser feito.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde a todos. É muito importante estarem presentes aqui para discutir o real orçamento aqui para nossa cidade.

Secretário vou deixar algumas perguntas, não sei se vai dar tempo do senhor responder, mas acredito ser importante que tornemos público aqui algumas colocações.

A receita tributaria excluindo multas, juros, endividativo ao PPI, previsto para 2018, apresenta um crescimento de 10% comparando o orçado para esse ano, 2017. Como que a Prefeitura do Município de São Paulo espera conseguir essa melhora na arrecadação considerando o atual cenário econômico? Essa é a primeira.

Há mais de dois anos que o Município não faz operação de crédito, pois não havia margem para isso, e a dívida sendo renegociada e o Município, segundo a proposta pretende, novamente tomar empréstimos. Gostaria de saber se o senhor não considera isso um risco, capaz inclusive de comprometer as futuras administrações?

Terceira pergunta: qual a dívida de anos anteriores com os empresários do transporte coletivo urbano que onera o orçamento de 2018?

Dos 5.5 bilhões previstos para investimentos em 2018, somente, 873 milhões, ou 15% são da fonte 00, do Tesouro Nacional e 1.6 bi, ou 26% são da fonte 08, que são de recursos vinculados. Dessa forma, mais de 50% são de recursos incertos. Então isso seria uma aposta do Governo?

Há uma previsão de redução de 18,9% em média no orçamento de todas as prefeituras regionais comparando com a atualizada de 2017. O senhor como Secretário, acabou de citar aqui para a gente que uma das partes complementares a essa diminuição

através das emendas parlamentares dos 55 Srs. Vereadores. Gostaria de confirmar se realmente é isso. Infelizmente acabei de receber uma resposta aqui, que quando acaba querendo contribuir com projetos de vereadores, a gente acaba sendo, passado a foice nos vereadores em suas contribuições por meio de projetos. Mas quando queremos uma contribuição por meio das emendas parlamentares para um complemento do orçamento a gente acaba sendo lembrado aqui. Gostaria de saber como o senhor considera que se serão atendidos os problemas regionais apresentados pela Prefeitura do Município de São Paulo com essa diminuição aqui no orçamento das prefeituras regionais.

E a última pergunta. O orçamento de 2017 foi 54,6 bilhões. Se tudo correr bem, a gente sabe a arrecadação deverá atingir apenas 50 bilhões, havendo um deficit 4,6 bi. O orçamento de 2018 é maior do que o deste ano, e se a meta de arrecadação não for alcançada, já há uma estratégia de congelamento como houvera em anos anteriores? E quais seriam as áreas ou serviços afetados por esse congelamento?

São essas as perguntas Sr. Secretário, se o senhor puder nos responder, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado nobre Vereador Goulart. Quero anunciar que no dia 6/11, neste salão, das 10hs às 14hs, iremos debater a educação esporte. Ou seja, a Secretaria de Esporte e Educação, Fundação Paulistana Educação e Tecnologia; Secretaria de Esportes e Lazer, Fundo Esporte Lazer e Recreação.

No mesmo dia, das 15hs às 18hs, teremos: Serviços e Obras e Desenvolvimento Urbano e Prefeituras Regionais; Secretaria de Serviços e Obras; Fundo Municipal Iluminação Pública, Amlurb – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana; Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Fundo de Desenvolvimento Urbano – Fundurb e Fundo Municipal em Defesa do Consumidor.

Com a palavra o Sr. Secretário Caio Megale.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado nobre Vereador Jair Tatto, obrigado por mais um

grupo de contribuições, tanto da sociedade, quanto dos Srs. Vereadores.

Vou começar com a resposta ao Vereador Eduardo Suplicy, que perguntou sobre questão equidade do ponto de vista das receitas, mais especificamente, o IPTU, toda a manutenção da planta genérica do IPTU, nós anunciamos, que em nossa visão diante do atual cenário inflexão da economia de acomodação do mercado imobiliário, o melhor que tínhamos a fazer é manter a atual planta genérica de valores que reflete, em boa parte, embora seja difícil verificar exatamente por dessa alta volatilidade atual do mercado e do período de incertezas, mas reflete boa parte dos valores dos imóveis e também reflete uma diferença entre áreas mais centrais e áreas mais periféricas tiver fruto da revisão da planta genérica de valores de 2013, 2014, que estamos mantendo, que o clube teve sucesso, nesse objetivo e estamos mantendo para este ano. Do ponto de vista. Então, eu acho que atende. O crescimento da arrecadação tem vindo mais das áreas centrais, por conta dessa revisão feita da planta genérica, com esse olhar, com essa visão, lá em 2013, 2014.

Do ponto de vista da distribuição das despesas, naturalmente, no ponto de vista da Fazenda, aqui nós fazemos a distribuição entre as secretarias; e temos, como o horizonte principal, o equilíbrio orçamentário e as prioridades de cada pasta, de cada administração. É regida por cada pasta, por cada administração.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – E Prefeituras Regionais também.

O SR. CAIO MEGALE – E as Prefeituras Regionais da mesma forma.

Do ponto de vista do orçamentário comparativo de gastos *per capita*, que é o mais importante, é uma métrica que tem que ser avaliada, mas há outras métricas também das prefeituras regionais, o tamanho, porque, muitas vezes, não há muita gente morando, mas há muita coisa para ser feita. Às vezes, há grandes equipamentos. Por exemplo, prefeituras regionais que têm piscinões demandam mais recursos, para limpar esses piscinões. Então, às vezes, há questões específicas. Às vezes, só as secretarias, as prefeituras regionais nos argumentam, e maiores detalhes podem dar, mas essa avaliação aqui, essa distribuição

orçamentária também foi validada pela Administração das Prefeituras Regionais.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Agradeço, Sr. Secretário. Eu preciso sair para um compromisso urgente.

Obrigado.

O SR. CAIO MEGALE – Eu que agradeço a presença.

Eu tenho aqui mais alguns comentários rápidos. Um ponto que foi levantado foi de um bilhão e meio a mais de recursos. Para onde vai esse um bilhão e meio a mais? O orçamento do Iprem, do Instituto de Previdência, aumenta em 600 milhões de reais do ano passado para o ano que vem, já ali ajustando bem. Talvez acaba até sendo um pouco, dependendo da evolução do cenário. Então, quase metade desse aumento vai para o orçamento do Iprem.

Quanto à Educação, há duas razões muito claras: O aumento dos professores, que nós orçamos neste ano. No ano passado, não estava orçado. Estamos ampliando as vagas em creches. Isso gera um custeio. Isso acaba levando uma parte desse crescimento do orçamento. Há um terceiro item, que teve um incremento de orçamento mais claro de orçamento, a compensação tarifária, que está indo de 1,8 para 2,5. São 500 milhões de reais a mais ali, embora ainda fique longe do que seja a execução neste ano. O objetivo é que, com diversas atividades, inclusive as que, Jesus, o senhor mencionou, a de licitação e a nova licitação do transporte e a licitação da bilhetagem, reduza-se o tamanho do subsídio.

Acho que um tema também recorrente é a questão dos planos de bairros, citados por alguns dos senhores e pela Sra. Soninha. Quer dizer, nós estamos buscando um esforço maior em regionalizar o orçamento. Enfim, isso não é uma responsabilidade da Secretaria da Fazenda. A Secretaria da Fazenda equilibra o orçamento e distribui o orçamento, mas eu tenho certeza de que há um esforço de cada secretaria lá na ponta. Eu acho que a gente pode discutir mais isso nas audiências temáticas e, de fato, fazer com que esse esforço chegue lá aos bairros, chegue lá na ponta.

As microdemandas são importantes. Na verdade, mudam a qualidade de vida das pessoas que moram naquela região, e vão para além das necessidades básicas. São microdemandas bastante relevantes, inclusive de saneamento.

O Vereador Aurélio Nomura lembrou bem do nosso projeto de captação de recursos. Já respondendo também o Vereador Goulart, o aumento das operações de crédito visam, justamente, suprir essa falta de recursos para investimentos. A queda de receitas de capital tem sido brutal, nos últimos anos, ao mesmo tempo em que o aumento das despesas corrente também tem sido muito acelerado.

Então, aumento das despesas corrente, os convênios e nas atividades de zeladoria e de limpeza etc., e a queda das receitas de capital, espremeram muito a capacidade de investimento. Hoje, nós podemos voltar a tomar crédito.

A renegociação da dívida que foi importante, é bom deixar consignado, abre espaço para isso. Depende de outras circunstâncias, do Tesouro Nacional, disponibilidade de recursos, mas nós estamos indo atrás e sempre com moderação.

Eu acho que é a mesma coisa daquela história do remédio que, dependendo da dose, é remédio ou é veneno. Em doses moderadas, graduais e responsáveis, tomar empréstimos, fazer operações de crédito, é saudável. É isso que faz com que uma empresa, uma cidade, até uma pessoa mesmo, possa aumentar a sua capacidade de despesas, de investimentos, de consumo que seja, no curto prazo. Mas tem de ser feito de forma moderada para que haja uma trajetória sustentável e equilibrada do endividamento.

O Tesouro Municipal é muito zeloso com relação a isso.

Queria deixar consignada uma menção às equipes do Tesouro, da Receita e do Orçamento, da Secretaria da Fazenda, que são servidores dedicados, com muito brio, que estão aqui, há muitas gestões. Não é gestão Doria, nem Haddad, nem Kassab, essa equipe técnica permanece e continua fazendo um bom trabalho. Tenho certeza que o Tesouro Municipal e o Tesouro Nacional que também olha para isso vão nos ajudar a fazer com que

essa trajetória de endividamento seja equilibrada e sustentável ao longo do tempo.

A Soninha falou sobre os equipamentos e a forma com que a Assistência Social administra o seu orçamento, ocorre que é uma questão temática de gestão da Secretaria, acho que não cabe à Secretaria da Fazenda entrar nesse mérito, mas acho que o debate é válido.

A questão das rubricas é importante, constou na LDO – o Vereador Ricardo Nunes lembrou bem – nós apoiamos essa medida. Não é simples fazer, de uma hora para outra, demanda ajustes no sistema, demanda também tempo do pessoal do Orçamento que, nos últimos dois meses, estive muito mergulhados na LOA e no PPA e não tiveram tempo para fazer isso. Também a Secretaria de Gestão vem apontando para esse detalhe, a gente precisa ter um controle mais próximo das rubricas orçamentárias e para onde estão indo os recursos. É uma prática recorrente, no setor público, eu não diria só na Prefeitura, mas no setor público em geral.

É uma execução que se empenha, na verdade, no que não é tão prioritário, deixa o que é prioritário para depois e aí, se faltar recursos, como não pode deixar o que é prioritário de ser feito... Então esse maior esmiuçamento do Orçamento vai nos ajudar a fazer com que os recursos, de fato, sejam prioritários porque é prioritário e, nessa sequência isso é importante e ajuda no controle também.

Finalmente, com relação à pergunta sobre a projeção do crescimento, da projeção de receitas do IPVA, sobre a frota e a produção industrial, eu confesso que às pressas pedi ajuda aos universitários aqui, ao Otávio, que faz as projeções e tem as indicações mais perto. Ele escreveu aqui que a previsão do crescimento da frota de veículos do Município está menor do que a produção industrial, de fato, nos últimos anos, porque a população vem trocando de veículos próprios por transporte público. Esse efeito a gente nota. Tem um efeito do licenciamento e da inspeção veicular que fez com que muita gente, quando foi instalada a inspeção veicular, saísse do Município e fosse licenciar em outro Município para fugir da inspeção. Quando volta a não ter a inspeção necessária eles não voltam para cá, então isso

deu uma conturbada na relação entre produção industrial e produção de veículos.

Mas, de qualquer forma, a nossa impressão é que, pelo menos os dados estão mostrando isso e a produção industrial está começando a melhorar devagarinho, passos lentos, mas está começando a melhorar, a produção de veículos está vindo mais rápida e a produção de retomada do IPVA, que foi muito fraca esse ano, de fato a receita de IPVA foi muito fraca, a nossa expectativa é que ela tenha uma melhora um pouco mais importante para o ano que vem. Espero que ela se concretize nessa projeção.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. Dia 8/11, nesse salão, reunião ordinária da Comissão de Orçamento e Finanças e dia 9/11, numa quinta-feira, nesse salão Nobre, das 10h às 14h nós trataremos de Direitos Humanos, Assistência Social, Trabalho e Empreendedorismo. Ou seja, Smads, Fundo de Assistência Social, Funcad. A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Municipal de Inovação e tecnologia, Fundo Municipal do Idoso. Dia 11/11 temos audiência pública regional em Santo Amaro que é região Sul e Sudeste. Teatro Paula Eiró, Adolfo Pinheiro, 765, Santo Amaro, 11/11.

Tem a palavra o Sr. Eugídio Alves Carvalho.

O SR. EUGÍDIO ALVES CARVALHO – Boa tarde a todos. Não vou discorrer muito de alguns temas, porque nós vamos poder falar nas audiências temáticas então vou falar um pouco aqui Jair, uma fala um pouco mais geral. Como a gente sempre fala é muito pouco divulgado e sempre digo que não dá para fazer pudim sem ingredientes, não dá para fazer política pública sem recursos financeiros públicos. Eu sou do Fórum de São Mateus, a gente que tem uma atuação na infância o Fórum histórico a mais de 40 anos. Um fórum que defende a política pública e a atenção básica nas áreas de esporte, lazer e cultura na periferia.

É uma pena que a gente sempre fica no debate aqui do Orçamento e, às vezes, essa Casa não entende, na minha visão, ou alguns Vereadores que temos uma cidade díspare, ou seja, os pobres e os ricos. Se nós não entendermos que quem precisa de pão é o pobre, a

gente vai ficar falando aqui que...Pinheiros é uma região nobre, não é isso? São Mateus, Guaianases, Cidade Tiradentes, Jardim Brasil, Zona Sul, Parelheiros e Grajaú são regiões pobres. Então, essa Casa precisa (palavras ininteligíveis) desse Orçamento aqui e não fugir da sua responsabilidade, essa Comissão e os Vereadores de aprovar o Orçamento digno e dar recursos públicos para as áreas prioritárias. A gente fica aqui falando de violência, de abandono, criança na rua, criança violentada, mas não põe recursos, tem de colocar dinheiro, gente.

Estamos aqui num desmonte da Assistência Social, nessa cidade, um desmonte da política pública de cultura, esporte e lazer. E a gente não entende que, se o destino é política de prevenção básica, que eu chamo de preventiva, nós vamos evitar gastar dinheiro na política especial. Então vamos sair do nosso comodismo. E aí nós temos um papel, a sociedade, que é trazer, para cada temática, o povo, para discutir, deliberar e cobrar os nobres Vereadores da Comissão, e o Prefeito, executar. Porque aprovar um orçamento, e congelar, depois, é não fazer nada. Então o nosso papel é vigiar, cobrar e dizer que o Fórum de São Mateus, na educação, na cultura, na infância e adolescência, vai trazer as pessoas para discutir o orçamento público para 2018. E nenhuma redução, nenhum direito a menos, pelo amor de Deus. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Wellington Sonora.

O SR. WELLINGTON SONORA – Bom, boa tarde a todos e a todas.

A minha pauta é cultura. O mínimo tem que ser 1%. Não dá para ignorar a cultura. E a gente é do Fórum do Hip Hop. A gente quer e rubrica de um milhão da Secretaria de Cultura; a rubrica da pasta da Secretaria de Educação também quer um milhão; nos Direitos Humanos, também uma rubrica para o Mês do Hip Hop; rubrica orçamentária de dois milhões para as ações voltadas para a implementação da Lei 10.639, na pasta da Secretaria da Educação, e as rubricas orçamentárias das casas de hip hop, que são decretos de lei já assinados para as zonas Sul, Leste e Oeste, que são 500 mil para cada casa. E para o

Território Hip Hop tem que ser dois milhões, que é para o vocacional na pasta da Secretaria de Cultura. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Regina Paixão.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Boa tarde a todos e a todas.

Quero complementar algumas falas; mas não dá para deixar de falar que eu sou do Fórum da Assistência Social, contempladíssima também nas falas do Fábio sobre as periferias, que eu sou de M'boi Mirim. Aliás, acho que todos os secretários deveriam fazer um *tour* pelos extremos da nossa cidade para entender o que estamos falando. Quanto às políticas sociais, quando a gente pega as planilhas, só tem queda, queda, queda, e, da Assistência, é 9,2. Lembro que a Assistência Social tem 1.200 serviços espalhados na cidade, e não são suficientes para atender as nossas demandas. Cada um de nós, dos movimentos, sabemos onde são necessários novos serviços.

Na gestão anterior, não conseguimos ampliar serviços. No orçamento, a parte que nos desanima, conseguimos, ano passado, várias rubricas, como para ampliação de RH, etc., mas também foi congelado. Tivemos um recurso congelado, mas, com um pouco de briga, bastante pressão, conseguimos descongelar. E também agradeço que a Assistência Social passou a entrar no rol da educação, da saúde, e não pode sair.

Soninha fala da questão dos grandes serviços à população de rua.

O Conselho Municipal da Assistência Social, é bom que fique registrado, não está sendo respeitado, é um conselho deliberativo. O Governo Estadual mandou para lá 14 milhões para atendimento exclusivo da população de rua, mas já veio com a rubrica fechada; e isso, pelo nosso entendimento, não é viável. Então o Comas fez uma resolução em entram somente cinco itens. E pede muito para que seja retirada a rubrica prevista para CTAs e Atende, devido a não apresentação, apreciação e normatização dos referidos serviços.

Contra-pondo-me ao que a Soninha coloca, que seja pensado, que sejam estudados serviços melhores para a população em situação de rua. Porém, se não investirmos na

proteção social básica, como disse o Eugídio, que me antecedeu também, vamos ter diversas cracolândias – como as que já temos no Cemitério Jardim São Luís; em vários pontos da Sul, da Leste, eu desconheço, mas acredito também que tenha.

Então pedimos com o apoio do Comas a ampliação de 10% na proteção básica, incluídos o PLOA e o PPA. Ampliação também no PPA, no percentual de 10%, em 2018; 20%, em 2019; 20%, em 2020 e 20%, em 2021, para que tudo melhore. E vamos continuar lutando.

Olhando o orçamento há 49% no Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito. Será que não pode ser remanejado para a Cultura, Assistência e para outras rubricas. Fica aqui minha pergunta.

E na Cultura eu não entendo, quero que vocês me expliquem porque a rubrica do Teatro Municipal é diferente para as políticas culturais. Fica uma reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Patrik Acul, munícipe. Você é haitiano.

O SR. PATRIK ACUL – Sim. Bom dia a todos e a todas, aos Vereadores e Vereadoras também. Nós viemos com o objetivo de reivindicar, sobretudo, além do respeito que essa gestão Doria não está tendo com as deliberações do Conselho já que não submeteu os Atendes e os CTAs ao Conselho para população em situação de rua. E não foi submetido à aprovação do Conselho.

Um dos pressupostos da política de assistência social é de que a alimentação para a população em situação de rua seja produzida no próprio local para não se colocar em risco a integridade do alimento que chega à população em situação de rua. E os CTAs não atendem essa necessidade.

Uma resolução de nº 1127, de 2016, estabelece parâmetros mínimos para que o orçamento fosse reproduzido neste ano e não foi obedecida, não foi acolhida. O Conselho Municipal de Assistência Social na resolução aprovava a proposta orçamentária para o ano de 2018 e solicitou que a Secretaria de Assistência social - através da Secretária Adjunta que foi

apresentar o orçamento no Conselho, na plenária da Uninove – acolhesse e considerasse essa resolução 1127, que atualizava os valores dos parâmetros mínimos.

No orçamento que chegou aqui não foram acolhidos os parâmetros mínimos pela gestão, então é um conjunto de atropelos da Gestão Doria e Gestão Sabará sobre o Conselho Municipal de Assistência Social, um órgão deliberativo e suas deliberações não estão sendo acolhidas pela Cidade.

Então vamos entregar uma cópia dessa resolução 1127, que fala dos parâmetros mínimos para serem acolhidos e reproduzidos na pasta orçamentária. E veremos se a Secretaria da Fazenda vai acolher e se a Comissão de Finanças e Orçamento e esta Casa também vão passar a desrespeitar um Conselho Municipal deliberativo formado em lei: leis estaduais, municipais e decretos estaduais e municipais. A Gestão, a Secretaria da Fazenda e esta Casa Legislativa não vão fiscalizar e fazer com que o Conselho seja respeitado.

No desdobramento do orçamento vamos medir o desrespeito da Casa Legislativa e dessa gestão que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Ricardo. Patrick, depois é o Fernando Plata.

O SR. PATRICK - Boa tarde a todos, Sras. e Srs. Vereadores, público, muito obrigado pela consideração pelo Vereador Jair Tatto. Eu estava marcado como 27 o 28, eu falei com vereador que precisava ir trabalhar e ele considerou, muito obrigado pela oportunidade.

Eu venho falar que desde que cheguei em São Paulo, em 2003, estou magoado com a falta de políticas do Brasil. O primeiro ponto que quero falar é que temos notícias da Globo e Record sobre a cultura do povo negro, estou falando negro porque eu me considero como africano, sou do Haiti e o Haiti é um país negro, isso não significa que não tem branco. Nascemos em Haiti, com o olho azul e consideramos como negro.

Quero fazer uma estatística, só com a comunidade do Haiti em São Paulo, em

2012, para ter uma residência no Brasil era 35 reais, agora quase 500 reais. Temos em São Paulo até 20 mil haitianos e imaginem essas residências valerem mais que 4 milhões de reais. A Receita Federal tem registrado, isso significa que Portugal, França, África, Nigéria, vários países árabes têm a ver com a cultura dos estrangeiros. Nós não conseguimos dialogar sobre o orçamento da Cidade, com os vereadores, a gente precisa pessoas que possam representar os imigrantes.

Isso me magoa até agora. Eu sou cineasta e jornalista, estou apresentando um projeto de 1 milhão e fazer essa ação. Enquanto o meu irmão e eu fundamos a associação dos haitianos em São Paulo e também o coletivo onde estão os negros desde 2013, para que essas pessoas tenham acesso com meus filmes e peças de teatro com Sesc. Essas pessoas precisam no mínimo de 80 reais para ver o meu filme, isso me magoa porque tem a Receita Federal e políticas públicas para o imigrante que nunca foram feitas, não olham para os imigrantes que são artistas que dão rentabilidade muito maior por ano pela cidade de São Paulo. Imaginem as residências e as comunidades por ano, São Paulo é beneficiada em mais de 4 milhões. Imaginem, vocês têm em São Paulo mais de 50 nacionalidades que vivem aqui. Que tipo de diálogo que precisamos com os vereadores? Para que sentem conosco, com cada comunidade, para resolver essas questões, como vamos agir com isso.

O meu filme está passando no Itaú Cultural e meus camaradas do Haiti e da África não têm 120 reais para ver o meu filme. Estou falando segundo a cultura. Tem um Vereador que falava quem é prioridade, Educação... Mas se você não tem cultura não vai entender Educação, porque não é a Educação que faz cultura, é a cultura que faz a Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fernando Prata, da Vila Mariana.

O SR. FERNANDO PRATA – Boa tarde a todos e a todas, sou o Fernando Prata, Conselheiro Tutelar da Vila Mariana. Estou aqui pensando num órgão que tem tido uma luta

constante e os nossos companheiros que estão aqui, da Cultura, da Assistência Social, da Saúde, tem presenciado isso.

Agradeço em nome dos conselhos tutelares da cidade de São Paulo esse apoio que recebemos de vocês quando nos encontramos aqui, porque quando não estamos aqui a nossa luta permanece no dia-a-dia porque todas as demandas de vocês refletem no Conselho Tutelar.

E neste momento quero pedir muita atenção do Caio Megale, da Mesa e os que já se foram tivessem acesso a este conteúdo. No ano passado tivemos uma luta muito intensa para garantir um orçamento que pudesse dar o mínimo necessário para o funcionamento do Conselho Tutelar na cidade de São Paulo, foi uma luta muito grande, Caio.

Nós pretendíamos – já é uma luta de uma década praticamente – uma contemplação salarial para QPA 19 e não foi possível, mas naquele momento o orçamento foi destinado para que isso fosse contemplado. Então para que 52 conselhos tutelares da cidade de São Paulo que atendem a todas as pontas, onde vocês estão tem conselho tutelar, no extremo Leste, extremo Norte, Centro e Sul.

E foi garantido um orçamento de 39 milhões. Estou arredondando os números. Temos liquidado 16 milhões, cerca de 40%. Empenhado 19 milhões e ainda temos congelado do orçamento de uma pasta e de uma pauta tão importante para uma cidade como São Paulo, 3.4 milhões. São números arredondados. E se prevê para o próximo ano – de 39 milhões - um orçamento de 27 milhões.

Caros gestores, companheiros, sociedade, criança e adolescente não é piada, não é brincadeira. E estamos falando aqui em nome de uma pauta que bate nas casas de todas as famílias. E temos sim de nos apropriar disso porque estamos falando de cifras que não têm chegado adequadamente nas suas pontas.

E o papel do Conselho está sendo invertido, seria o garantidor de direitos e nós temos uma sociedade que não sabe que papel está ocupando, o que está acontecendo com a

criança e o adolescente. E está virando serviço em função de uma precarização histórica de pastas como Assistência Social, Lazer e Cultura. Enfim, tudo aquilo que seria ferramenta para dar suporte para que essas violências e negligências, o acompanhamento às famílias fosse de forma tal que a demanda do Conselho não tivesse essa procura tão grande. E nesse ponto estamos invertendo os papéis.

Então, Caio Megale, Srs. Vereadores, olhem para isso. Se vocês forem aos conselhos tutelares da cidade de São Paulo, Conselho Tutelar de Tiradentes, nós estamos em situação de calamidade, os imóveis, falta de estrutura, problemas de resolução dos carros não foram resolvidos até hoje, motoristas, funcionários para dar assessoria enquanto o Conselho desenvolve suas demandas.

Enfim, por favor, verifiquem isso e deem atenção a essa causa que é de extrema importância e ela chega nos quatro cantos da Cidade, sem exceção: classe alta, média, baixa, baixíssima, e os inclassificáveis. Todos batem na porta do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado. Próximo inscrito é o Pablo Pasternostro, Fórum de Cultura da zona Oeste.

O SR. PABLO PASTEROSTRO – Salve a todos. Vou falar aqui de baixo, que esse microfone está zoadado.

Primeiramente, fora os golpistas aí, cadeia e tomada de bens da família, porque justiça social é isso. É marra, não é só na palavra.

Primeiramente queria falar que estamos aqui, representante da Cultura, faço parte do Fórum de Cultura da zona Leste e minha referência não é a gestão da Cultura passada, nem as anteriores. Minha referência é o que a sociedade entende como o que é certo, o que as pessoas estão entendendo onde o dinheiro delas deveria ser aplicado. Então acho zoadado essas falas de querer ficar passando pano para a gestão anterior, ficar comparando porque isso não convém.

Nós ficamos pensando que, agora, independente de corte ou rubrica, isso na

verdade pouco importa. Sabemos aqui como as coisas são executadas, que é que vai chegar, como isso vai chegar na ponta, que é o que interessa na verdade para nós.

O maior parte da população nem tem entendimento disso, da maior parte das coisas que estão sendo faladas aqui, não entende nem apropriação de linguagem, mas sabe o que o dinheiro delas, na ponta, custa, quanto vale.

Vou falar brevemente sobre alguns cortes, porque a Secretaria de Cultura, independente de ter tido um corte muito grande e muito... ou maior do que tiveram as outras Secretarias. Percebemos que teve cortes estruturais em políticas públicas do acesso, principalmente as pessoas, os trabalhadores, da Cultura nas regiões periféricas aos programas. E teve um aumento vertiginoso na parte de entretenimento. Teve um aumento de mais de 40 milhões da parte do circuito, ou seja, contratar grandes artistas para fazer evento – na parte de entretenimento – e um corte nas políticas públicas no que tange justamente às aplicações disso para a ponta, para as pessoas na formação, enfim.

O Programa Jovem Monitor Cultural teve um corte de 40%, diz-se de passagem que é um programa que contrata jovens para fazer um trabalho de funcionário público, de produtor cultural, para ganhar mil reais por mês e, mesmo assim, teve um corte de 40%.

As oficinas, 57%, o VAI, todos os fomentos, inclusive teve vários editais que não entendemos porque tiveram as rubricas eliminadas. Na verdade, a gente entende, né? Não é uma questão de achar as coisas, não é porque tal gestão acha que deveria ser assim. Não é questão de achismo aqui. Existe uma discussão, assim como a Soninha falou, tem vários planos que já existem e que não têm validade nenhuma, porque, na prática, a gente sabe como as coisas acontecem. Então se eu acho que determinados programas, os que eu vou falar agora: o edital Agente Comunitário, Vem Ventania, a própria semana do Hip-Hop, os pontos de Cultura, o Programa do Livro, Literatura e Biblioteca, se eu acho que isso não convém, simplesmente anulo, corto essa rubrica do Orçamento, algo que já tinha uma discussão de mais de dez anos, e simplesmente não prioriza. Isso para mim não serve.

Mas não é questão de achar. A questão é o que a sociedade pensa. Qual foi o acúmulo que teve até então para, de repente, vir um Secretário de Cultura incompetente e fazer esse tipo de corte. Então o que gostaríamos de reivindicar aqui é isso: não é só questão do valor das rubricas, mas se pensar que teve editais que tiveram 50% de corte, enquanto foram 40 milhões de aumento para o Teatro Municipal; 40 milhões para o entretenimento e para o circuito de cultura dos grandes eventos, percebemos para que a Cultura vai servir nos próximos anos. É isso.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Sra. Mariane Anelita Santos, Movimento Popular de Saúde da Capela do Socorro. (Pausa)

Está aqui protocolada a Resolução do COMAS. Muito bem.

A SRA. MARIANE ANELITA SANTOS – Boa tarde a todos. Meu nome é Anelita. Sou do Movimento Popular da Saúde Capela do Socorro e venho aqui, primeiro, boa tarde à Mesa, a todos os componentes da Mesa. Hoje deu certo, estão todos os meus conhecidos, meus vizinhos da Capela.

E, assim, o que eu trago para vocês é algo que vocês já conhecem, que é, já há bastante tempo a nossa situação da Saúde, em Capela do Socorro.

E aqui venho representando a comunidade Jardim Lucélia. Está ali a Dona Regina e mais três pessoas que eu esqueci o nome, que já vêm na dependência de uma Unidade Básica na região do Lucélia, ali no Grajaú, região essa que Capela do Socorro tem um vazio enorme sobre assistência da saúde, sobre equipamentos. Desde 2004 que a gente vem junto, montamos uma comissão, trabalhando na dedicação dessas unidades na nossa região. Conseguimos os espaços, mas sempre não é feito. Nós tivemos emenda, temos o valor do PAC que foi liberado para a saúde. Acho que vocês conhecem, é do conhecimento de todos. Enquanto isso, vão passando as gestões, entrando outras e sempre ficando no esquecimento.

Como moradora da região, como a defesa da Saúde da nossa região, eu venho

conversar com todos vocês de nos ajudar na nossa região, trazer esse equipamento para o Jardim Lucélia. Devido ao esvaziamento de equipamentos na região, não é beneficiando pessoas, é uma necessidade, é uma urgência, uma emergência, uma necessidade.

Agradeço a oportunidade de falar aqui em público e também solicitar que na nossa Capela do Socorro, todos conhecem os nossos hospitais, o Grajaú que está lá precisa de apoio de todos, nosso PS Maria Antonieta, as nossas unidades básicas não aguentam mais o trabalho. É muita coisa que precisa ser feita. Então nós precisamos desse equipamento urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Segunda-feira, reunião temática da saúde. Nesta sala às 10h.

Cláudio Rogério Silva, associação dos Trabalhadores de Guaianases.

O SR. RICARDO NUNES – Enquanto ele vem, quero deixar registrada a importância da UBS no Jardim Lucélia. Inclusive o Secretário Caio esteve lá no bairro visitando. Temos de garantir, com certeza, essa UBS lá.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Durvalina. Ausente. Tem a palavra o rapper Pirata.

O SR. PIRATA – Secretário Megale, o relator que vai ficar para a parte da cultura, só reforçando, no Plano Plurianual já tem o território hip hop. Tem uma rubrica de mil reais. Atender uma demanda do próprio movimento hip hop porque a geração de trabalho, etc, só que precisa de dois milhões, mil reais não dá. Porque é para dar as oficinas, para ter os eventos etc.

Fora também que precisa colocar também no Plano Plurianual o mês do Hip-Hop. É uma lei da Cidade, ele acontece, só que não está. O que acontece? Não está no Orçamento e não está no Plano Plurianual o mês do Hip-Hop. Precisa estar lá.

Outra coisa que precisa estar no Plano Plurianual tem a zona Sul, e lá, na zona Sul, tem a casa de Hip-Hop, vão colocar R\$ 300 mil para reformar o terreno. Só que no decreto-lei

da Cidade de São Paulo está escrito Casa de Hip-Hop, zona Sul, Centro, Leste, e a do Centro é fundamental, Vereadores, pois viemos aqui para trocar a ideia para acontecer isso. A do Centro é ali, lá onde fica o Anhangabaú e é importante ter lá, porque lá é o antigo Museu do Teatro Municipal. Nós conquistamos isso, só que até agora não executaram nada.

E também o da zona Oeste. Na zona Oeste tem um conflito entre o Governo e o pessoal do Hip-Hop lá da região. Precisa, porque é decreto-lei, e precisa ficar no Plano Plurianual, e também porque há investimento. Porque, vejam, as casas de hip-hop – preciso reforçar – não é um espaço vazio, é um espaço em que a pessoa aprende fazer os quatro elementos, tenta pegar todo o material de produção artística, porque o Hip-Hop é um bem imaterial da cidade de São Paulo. Então tem todo o histórico do Hip-Hop da região. E, aí também tem o estúdio público lá dentro. Portanto, tem várias coisas. Não é um espaço que a pessoa só diz: “Aqui é Hip-Hop”. Não é isso. É algo maior, extenso e sério. Precisa estar no Plano Plurianual e a gente veio dialogar direto.

Sinalizar o que vão fazer e quais são, voltadas para o Hip-Hop. Inventaram, tem uma invenção aí que nós achamos até legal, que tem o tal do núcleo do Hip-Hop. Mas núcleo do Hip-Hop sem políticas públicas, sem orçamento público, não é núcleo de nada. Porque o núcleo existe, mas na física inventaram outras células, tem o núcleo, tem o nêutron, tem o próton, e nós precisamos juntar tudo para acontecer.

Agora, só reforçando porque estou falando de Hip-Hop? Porque estou falando de periferia. O Hip-Hop é só um detalhe. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Rapper Pirata. Próximo é o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Mais uma vez boa tarde a todos, meus conterrâneos da cidade de São Paulo. Também saúdo, como na primeira intervenção não consegui citar o nome de todos, Vereadoras Soninha Francine e Janaína Lima, e os Vereadores Zé Turin, Ricardo Nunes, Jair Tatto, Isac Félix, Rodrigo Goulart e Atilio Francisco. Bem como saúdo o Secretário

Caio e, em especial a população que ainda resiste nessa discussão fundamental de um orçamento do Plano Plurianual até 31 de dezembro de 2021, ou seja, é uma discussão extremamente importante.

Quero consignar, como existe a Lei Municipal 14.756, de maio de 2008: implantação do Museu do Rádio e Televisão e novas mídias que, finalmente, esse museu da Tv seja cumprido na cidade de São Paulo.

A questão da Prefeitura de Capela do Socorro, verdadeiro escândalo, pois o Orçamento aprovado de 2016 foi 54,7 milhões. O orçamento apresentado por esse projeto de lei reduz para 35 milhões, ou seja, 19 milhões em dois anos. É normal que uma região, como a Capela do Socorro, extremamente carente – como foi falado aqui, a região do Grajaú, da divisa com o Parque Cocaia, divisa com o Parelheiros, questão de manancial – perca tantos recursos em tão pouco tempo? Por mais que emendas apareçam, não chega a 40 milhões. É um absurdo o que fizeram, especialmente, com Capela do Socorro, uma região carente.

Também queria consignar a questão do Fundo do Idoso. O Fundo do Idoso acabou de ser regulamentado. Esse ano de 2017 o Orçamento é um orçamento irrisório: R\$ 2 mil, para 2018, que não será executado. Para 2018, R\$ 55 mil, porque tão pouco dinheiro para os projetos do idoso na cidade de São Paulo, sendo que acabou de ser regulamentado o Fundo do Idoso. Teria de ser um valor compatível, por exemplo, ao Funcad, em relação à criança e adolescente, são questões semelhantes. Mais uma vez o idoso foi prejudicado no orçamento para o ano que vem. Solicitamos que isso seja corrigido. Isso tem de ser documentado. A audiência pública de orçamento, me desculpe, mas isso é uma piada acabo de ler que 9 pessoas participaram na região da Mooca. Está no *Diário Oficial* aqui publicado. A Mooca tem seis distritos é uma média de uma pessoa e meia por reunião. Ou seja, é um absurdo que uma cidade de 12 milhões de habitantes caia nessa comicidade de discussão do orçamento, que não é participativo é simplesmente uma coisa triste e causa perplexidade que só 1354 pessoas participaram do orçamento. É terrível isso.

Urbanização de favelas. No orçamento para 2016 caiu o número de favelas urbanizadas. É um absurdo que a gestão Haddad tenha deixado esse péssimo exemplo para São Paulo. Se você comparar o número de creches de 2015 e 2016 ficou igual. São 332 creches em São Paulo. Por que não são ampliadas? Quero perguntar para o Secretário Caio Megale quantas creches serão feitas para o ano que vem? E quantas foram feitas para esse ano? Creche indireta, caíram 11 e Mova caíram 36 salas, fecharam. Finalmente para encerrar porque que o Secretário Megale não foram publicadas as propostas da população nas audiências públicas de agosto? Sendo que é norma há décadas publicar as demandas saídas em cada subprefeitura no orçamento. Execução ou não, vai ser discutido aqui, mas a população tem de saber o que o município colocou nas 32 reuniões. Por que vocês não publicaram isso? Para mim é uma grande irregularidade e uma indecência da gestão Doria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Alessandra Azevedo, da Frente Única da Cultura.

A SRA. ALESSANDRO AZEVEDO – Boa tarde a todos. Vou começar com uma pauta negativa. Não à criminalização aos movimentos de moradia, não à venda da cidade de São Paulo, sim ao plebiscito já, e não a essa razão que está sendo oferecida à população de São Paulo.

O valor e a importância da cultura todos nós já sabemos como parte estruturante de uma sociedade evoluída. A gente já sabe disso, agora, o momento em que a gente atravessa no Brasil é difícil porque os três poderes estão comprometidos entre si, então, a gente vem ao Legislativo, aprova uma pauta, mas chega no Executivo eles não cumprem, congelam o orçamento da cultura, mas somos resistentes então resta apelar para os nossos ancestrais, quem sabe eles fazem uma diferença na nossa realidade do dia a dia. É o que nos resta porque os três poderes estão comprometidos e não cumprem aquilo que é de interesse da sociedade. Sabemos da transversalidade da cultura, com a segurança pública, com a saúde,

com a educação, tudo isso. E nada se faz. Não há nenhuma iniciativa do Executivo que aponte nessa direção de ter uma transversalidade para se potencializar cada uma dessas áreas, não há interesse nisso.

Então, vou sugerir o PPA para que a gente tenha um crescimento progressivo no orçamento da cultura que chegue a 3% ao longo do término dessa gestão e que haja uma redistribuição mais justa do orçamento para a cidade, que não seja do jeito que está, 80% dos recursos do orçamento da cidade fique concentrado na região da Sé e de Pinheiros. Que seja redistribuído para regiões e ações periféricas da cidade de São Paulo. São duas coisas pequenas e que dá para se cumprir: a redistribuição do orçamento e que haja um projeto progressivo para se chegar a 3% da cultura. Circo cabe nas escolas e em todos os lugares. É muito errado quando as pessoas usam o termo isso é uma palhaçada e está virando circo, não é isso também.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Alexandre Oliveira de Souza. Anúncio a presença da Vereadora Janaína Lima, me perdoe mais uma vez não anunciei a Vereadora Janaína Lima. V.Exa quer usar a palavra? Está bom, Janaína, me perdoe mais uma vez. Então Alexandre Oliveira.

O SR. ALEXANDRE OLIVEIRA DE SOUZA – Estou voltando ao microfone, Secretário, para, primeiro agradecer à Soninha pela lembrança dos AGPPs, somos uma categoria aí muito esquecida pela população de uma maneira geral, justamente por estar sempre atuando nos bastidores. É uma carreira administrativa, então, infelizmente, passa batido pelas grandes demandas.

É importante lembrar Secretário que, como o senhor falou, destacar de onde pode tirar essa verba e onde pode ser colocada. Nosso concurso está há dez anos sem novas nomeações agora em 2018. É estranho um pouco de incoerência aí pelas nomeações da Prefeitura, numa comparação, até por ser um cargo meio, nós temos o Assistente Técnico de Educação que é um cargo da Secretaria de Educação.

Um concurso de 2013 que previu 493 vagas, estamos agora com uma nova nomeação para o dia 20 do doze, para aqueles que se apresentem, até o número 3.811. Então o concurso de 2013, que já venceu, e a Secretaria continua chamando e nós já estamos no número 3.811. Só desse concurso, são 682% a mais de convocação do número de vagas, enquanto nosso concurso, que é de 2016, que previu mil vagas, que tem 4 mil aprovados, que deveriam estar distribuídos no PPA, mil por ano no mínimo – desses 4 mil já deveriam estar previstos -, temos de estar aqui brigando, no sentido de estar lembrando que nós precisamos dessa rubrica própria para a chamada dos AGPPs.

Então esse compromisso que nós pedimos para vocês é que essa rubrica esteja presente no primeiro semestre de 2018 para, pelo menos, chamar os mil aprovados que já estão previstos em edital. E tem a verba necessária porque a programação de chamamento para concurso tem de ser escolanado. Você não pode deixar uma categoria dez anos sem administração, inclusive o que a Cultura cobra aqui hoje em diferentes categorias não basta só o valor empenhado, não basta só o projeto, é preciso execução. E quem executa muito desses projetos que estão aí justamente trabalhando nos aparelhos sociais, nos aparelhos da Educação, nos aparelhos da Saúde é o AGPP. É o AGPP que está lá atendendo no balcão, é o AGPP que recebe os projetos, é o AGPP que abre e fecha o aparelho que está lá, nos milhares de aparelhos municipais que estão lá à disposição da população. Mas falta mão de obra. Por isso acontece o que o Vereador Aurélio Nomura falou: existe verba empenhada e verba não executada, porque falta mão de obra para executar. Não é o Vereador que vai executar, nem o município, muitas é o Assistente de Gestão de Políticas Públicas que está lá executando esses projetos em interação com o município.

Então Secretário, nós gostaríamos desse compromisso, estamos em reunião com a Secretaria de Gestão e a Secretaria de Gestão esbarra na questão orçamentária. Precisamos levar seu ok que esses mil estarão previstos nesse primeiro semestre de 2018, juntamente com o apoio dos Vereadores para que essa rubrica conste primeiramente na LOA do ano que vem.

E no PPA também porque nós temos quatro mil aprovados e 11 mil cargos vagos.

Para concluir, as políticas públicas que estão sendo executadas, elas precisam de mão de obra, verba e mão de obra para serem executadas. Nós contamos com apoio dos senhores para que possamos levar essa comunicação na próxima reunião da Secretaria de Gestão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Osvaldo Silva, do Conselho Tutelar, Líder Comunitário Anhanguera.

O SR. OSVALDO SILVA – Boa tarde a todos, cumprimentar a Mesa, e saudar esse brilhante Vereador Ricardo Nunes, pelo seu conhecimento das questões orçamentárias dessa cidade.

Vou começar pelo fim, que seria o último quesito que eu ia falar, para assim contemplar os demais. Pedir atenção do Secretário na questão da regularização fundiária da nossa cidade. Eu estava ouvindo o pessoal da zona Sul, nós da região de Perus, Anhanguera, temos uma questão muito séria no que diz respeito à regularização fundiária.

Na região da Anhanguera, 150 mil habitantes, não temos uma agência bancária. Precisamos sair para para Perus ou para a Lapa. A agência do Banco do Brasil que era para ser instalada no Morro Doce foi instalada em Perus devido à regularização fundiária.

Então quando nós vamos na Prefeitura Regional pedir, solicitar demandas urgentes, das comunidades da região da Anhanguera: “Ah, mas não pode, porque não pode colocar o CEP porque a rua não é oficial, ah, não pode colocar denominação pública porque a rua não é oficial”. Cadê a fiscalização nas regionais? Se tem duas, três, ou cinco mil famílias em loteamento, cadê a fiscalização? Cadê a orientação junto ao loteador?

Quem saiu do aluguel, fugiu do aluguel e comprou um terreno de 80 ou 120, ou mesmo 160 m² para fugir do aluguel e foi construir um cômodo com banheiro, ele não é o culpado. O culpado é o loteador. Então precisamos rever e essa atenção é importante na regularização fundiária para que nossa região também possa ter os equipamentos públicos.

Também na questão da Assistência Social temos um problema sério na região que é o Capes-Perus. O Capes-Perus atende Morro Doce, Sol Nascente, Pirituba e Perus. Precisamos urgente de um Capes em Pirituba para atender a demanda de Pirituba.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. OSVALDO SILVA – Capes. (Pausa) Onde nós encaminhamos as crianças com deficiência de aprendizagem, acompanhamento da família extensiva.

Precisamos também Secretário de atenção na equipe na APA, da Secretaria de Educação que faz um trabalho nas diretorias de ensinos, nas DREs, que, muitas das vezes, as demandas chegam no Conselho Tutelar e nós falamos: “Quais foram os encaminhamentos feitos pela escola? Não tem a equipe na APE”, aí respondem: “Olha, isso aí é só no papel, isso não existe”. Nós precisamos obter esse serviço.

Nós também solicitamos desvinculação de verba para construção de uma EMEI no bairro Sol Nascente. O distrito Anhanguera é cortado pela rodovia Anhanguera, de um lado fica Morro Doce, do outro lado Sol Nascente. As crianças ficam de uma a duas horas dentro de uma pirua porque não tem uma EMEI no Sol Nascente.

Também a desvinculação do recurso para reforma do AMA Anhanguera. O AMA Anhanguera atende a comunidade em condições precárias. Quando chove, o pessoal coloca balde e bacia, e tem de estar colocando os arquivos nos corredores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Osvaldo, dia 11 teremos audiência regional, Perus, Pirituba, Freguesia, e aí lá você poderá colocar essas questões regionais.

O SR. OSVALDO SILVA – Teria bem mais para falar, hein? Mas vou encerrar por aqui, tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu sei disso. Obrigado, Osvaldo. Então dia 11 nós ainda não temos um local adequado, apropriado para o tamanho do evento. Mas a data está confirmada, precisamos só achar um local, porque só o Jardim Paulistano ele nos disponibilizaram um setor lá, que não é o auditório. Então estamos na luta para achar um local.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É norte, noroeste, mas compreendemos que Freguesia e Brasilândia ficam mais centralizado. Lapa será sábado que é região Oeste, que é Butantã...

- Manifestação fora do micrifone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, mas aí fica distante, porque envolve Tucuruvi, toda região norte e noroeste.

Para finalizar, o último informe, dia 14/11, a 8ª audiência temática, Habitação e Cohab, Verde e Meio Ambiente, Secretaria da Fazenda, Obras, Sehab, Cohab, Fundo Municipal de Habitação, Fundo de Saneamento Ambiental, Infraestrutura, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Fundo Municipal de Parques.

_____ Dia 17/11, sexta-feira, então, nós faríamos a devolutiva, a audiência geral, Sr. Secretário, nesse salão, das 10h às 14h.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RICARDO NUNES – Falarei rápido para passar a palavra ao Secretário Caio, ao qual agradeço a sempre participação na nossa Comissão. O Secretário Caio tem sido realmente um Secretário muito atencioso com a gente e demonstrado grande respeito para com a Comissão de Finanças; então a gente tem que ressaltar isso aí.

Fiz as anotações, a Assessoria fez as anotações. Destaque muito especial para a questão da regularização fundiária, com questões bem fundamentadas. Eu quero tantos milhões aqui, quero tantos milhões ali, então... Fundamentada, então vou me dedicar bastante à questão da regularização fundiária, à questão da cultura. O Vereador Turin vai cuidar agora aqui. A questão dos AGPTs é algo para a gente ver com bastante carinho. Tem a questão colocada aí pela paralisação dos CEUs em São Miguel, a gente tem várias áreas paradas na área da educação, como também UPA paralisada em São Miguel. Existem outras que a gente

vai discutir. Na região da Vila Mariana tem. Na audiência pública temática da área da saúde vamos discutir. Enfim, tem bastante coisa aqui que a gente anotou e vai tirar proveito. Costumo sempre que termina a reunião, dar uma revisada no áudio.

Acho que era importante só fazer um comentário com relação à forma geral do orçamento. Muitas falas aqui, eu ouvi muita gente aqui falar que São Paulo não está a venda. Discurso que falta um pouco de informação até de nossa parte em relação a esse tema que tem tudo a ver com a peça orçamentária, não é Vereadora Soninha. Você pega, teve aqui falas da área do meio ambiente, a gente tem hoje só o custo para você manter, que a prefeitura tem para a manutenção do parque Ibirapuera são 26 milhões por ano. Se a prefeitura deixar de gastar 26 milhões – estou dando um exemplo, um parque – por ano com Parque Ibirapuera e o privado fizer a manutenção daquele parque, como tem em outros parques, com qualidade para as pessoas utilizarem o parque, sem cobrança de ingresso, que não vai ter. Às vezes soltam uns boatos, depois para segurar o boato é terrível. Então é uma questão. Pacaembu, um gasto de oito milhões e a gente quase não usa o Pacaembu. Então, se isso passar para o privado cuidar a gente vai ter uma economia em relação ao custo do Pacaembu, que não tem utilidade para quem está lá em Perus, para quem está lá em Perus, Anhanguera, sem receber uma correspondência, porque não tem CEP. O cara não pode receber uma carta na casa dele. Qual é a dignidade dessa pessoa se não pode receber uma carta? Não estamos nem falando de ter asfalto, ter uma escola, ter qualquer coisa, é de não poder receber uma carta porque a gente precisa fazer a regularização fundiária em regiões que já estão consolidadas. Então tem várias ações que a gente vai fazer um esforço enorme. A gente teve ontem reunião com o Secretário Caio. Se somar a reunião de manhã e a reunião de tarde, acho que a gente teve mais de quatro horas de reunião discutindo coisas para a cidade. Como aumentar receitas, trazer mais recursos e aí poder ter os investimentos.

Tem discussão agora do Anhembi, tem discussão do autódromo. Para quem está nos assistindo, para quem está aqui presente, eu queria deixar um recado de tranquilidade. A

Câmara Municipal, por parte de todos os Vereadores, do PSDB, quem não é do PSDB e é da base, ou quem é da Oposição está tendo uma discussão muito ampla. O projeto que chega do Executivo aqui ele sai daqui totalmente modificado. A gente não pode negar que meio que na força, na marra, o Executivo tem nos escutado. A gente trava, já tem um mês que não se consegue ler papel no plenário. Acho que o Governo entendeu, ontem chamaram a gente na Prefeitura, começaram a explicar o projeto, o Secretário Caio veio para cá, a gente quer entender, é para dar uma tranquilidade que os Vereadores não estão aqui só dizendo amém ao Governo. A gente concorda com a questão da desestatização, está justificado, existem critérios para que o patrimônio público seja passado para o privado, mas com garantia de que isso vai ser revertido para a cidade. Eu tenho certeza que a gente vai ter um fôlego maior no orçamento de 2018 pela austeridade que está tendo com relação às finanças e com as ações que vão se tomadas.

É lógico, algumas ações que o Prefeito tomou vão gerar consequências, não é Fábio. Não aumento a passagem, mas vai gerar consequências, vai dar três bilhões de déficit. Em 2013 era 1.4, 2014 veio para 1.5, 2016, 2 bi, 2017 vai acabar perto de 3 bi, 2018 vai...

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. RICARDO NUNES – Essa questão está muito vinculada à questão da licitação. Enquanto ficar no contrato emergencial, emergencial é muito complicado. Tem que ter a licitação, tem que ter disputa de mercado, tem que ter uma transparência maior. Eu coloquei várias vezes, nas vezes que fui relator da LDO, que você não poderia gastar mais de subsídio do que a correção da inflação, procurando forçar o Executivo a dar um breque nesse negócio. Então tem várias questões.

A Vereadora Soninha falou bem aqui, a gente fez aqui um trabalho grande de ampliar as rubricas para poder ter mais transparência. Na Comissão de Finanças a gente fez agora um trabalho de verificação com relação aos aluguéis, o Secretário Caio fez uma portaria para uniformizar isso, porque você tinha um modelo na saúde, um modelo na educação, um

modelo na assistência, para tentar uniformizar. Ou seja, mas para tranquilizar, acho que as coisas não estão indo na velocidade que a gente gostaria, mas elas estão acontecendo.

Entendemos o sofrimento das pessoas, o Secretário Caio, que é da Fazenda, não é da Saúde, foi comigo lá no Jardim Lucélia, viu lá a necessidade de que não tem UBS, fizeram uma UBS do Lucélia lá no outro bairro, a três quilômetros. Eu tenho certeza que a gente vai poder ter...

- Manifestação longe do microfone. Dificuldade para ouvir.

O SR. - Vereador Ricardo, se essa questão da privatização, uma coisa que dá muito prejuízo para os cofres públicos. Aí eu pergunto, é uma questão de gestão. Qual empresa ou setor privado tem interesse em adquirir algo que dá prejuízo.

O SR. RICARDO NUNES – Mas não dá para discutir isso aqui agora. Não é que dá prejuízo. Esse não é o tema.

Com relação à questão do orçamento, a gente vai ter remanejamento, como sempre ouve. Nas vezes em que eu relatei a gente sempre fez alterações enormes. E é claro que as Prefeituras Regionais, isso aí o Governo queira ou não queira, porque é a vontade dos Vereadores da Comissão, é a vontade dos Vereadores da Câmara. Vamos aumentar o orçamento das Prefeituras Regionais, porque só a questão das emendas dos Vereadores não comporta, não resolve. Para dar um exemplo, você pega, sei lá, Fundação Paulista de Educação, Tecnologia e Cultura, 24 milhões no orçamento. Quantas pessoas atende com 24 milhões de orçamento se são duas escolas profissionais na zona Leste. Até sugiro, Vereador Turin, que você verifique esse pedido todo aí, quantas pessoas vão atender. “Eu quero um milhão ali”, mas vai atender quantas pessoas? Para a gente poder ter transparência nas relações, fazer as coisas corretas. Então, por exemplo, a gente já vai se aprofundar agora nessa Fundação Paulista de Educação, Tecnologia e Cultura, 25 milhões, é maior que o orçamento de Perus. Perus tem 24 milhões de orçamento, Parelheiros tem 24 milhões de orçamento. Como pode um negócio desse tamanhozinho ter 25 milhões de orçamento? É

lógico que na audiência pública específica deles ou eles justificam direitinho ou nós vamos tirar, como nós já tiramos do Theatro Municipal em situações anteriores, tiramos de Prodam, a gente vai, só para dar uma tranquilidade, escutar o que as pessoas falam, anotar, fazer o estudo, fazer o levantamento. O Vereador Turin vai fazer a sub relatoria da parte de cultura, Rodrigo Goulart na sub relatoria da área de serviço, que é complexa.

Enfim, é uma fala mais geral. Acho que, agora, temos de nos aprofundar nas temáticas, porque cada um, de cada setor, virá aqui para falar especificamente. Vamos tomar decisões efetivamente com dados, com números. Por exemplo, o hip hop atendeu mil coisas e fez tantas atividades. Então, hip hop é nossa aliada hip hop está com dinheiro e não atendeu ninguém, então hip hop não será a nossa aliada. É muito claro, transparente, sem partidarização. É simples. É papo reto, transparente.

Era esse o recado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Atilio Francisco.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Eu, como Relator do PPA, pela primeira vez, estou fazendo um estudo profundo de tudo que foi proposto pelo Governo, e quero colocar, aqui, falar em poucas palavras, que eu e minha equipe estamos à disposição para receber propostas em todas as audiências. Isso porque eu quero fazer, sim, um relatório em consonância com a vontade popular, em consonância com a necessidade do Município.

Então, pelo estudo que já fizemos, são 17 propostas pelo Governo. E queremos aperfeiçoar, da melhor maneira possível, para que tenhamos um programa de investimento para a cidade de São Paulo, nos próximos quatro anos, à altura daquilo que a cidade de São Paulo necessita.

Então, eu e a minha equipe ficamos à disposição das partes interessadas, que queiram fazer propostas, além daquilo que for proposto nas audiências públicas. Podem falar com meus assessores, em eu Gabinete, porque vamos, realmente, produzir um relatório que

possa fazer a diferença para a cidade de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Atilio.

Farei uma rápida consideração. Entendo, na minha condição de Presidente, que fico um pouco prejudicado em debater as coisas do Orçamento, porque a minha tarefa é coordenar. Mas eu sinto muita vontade de falar do assunto. Não domino totalmente o Orçamento, estou aqui há cinco anos, mas a tarefa do Relator Ricardo Nunes, do Relator Atilio Francisco, do Sub Relator Zé Turin... Estou aqui combinando, também, com o Vereador Rodrigo Goulart para que pegue uma sub relatoria, mas vamos aperfeiçoar melhor, vamos ver qual a pasta. Mas não haverá dificuldade de entender que precisa aumentar em todas as áreas. Porque é muito simples o raciocínio. De forma *lato sensu*, temos um aumento de 6% na Educação; um aumento de 1% na Saúde; um empate na área da Assistência Social; nas demais áreas, sem exceção, está reduzido o Orçamento. Então... Ônibus e Previdência já se tornaram, eu não vou chamar de rotina, porque rotina não faz bem, mas uma tradição.

E, aí, temos de fazer uma correção: tentamos no Governo passado. O Governo Doria também não está disposto a mexer com nada que seja impopular. A Planta Genérica de Valores, eu vou dizer publicamente, é uma vergonha esse recuo. Porque, aqui veio um estudo em que 43% se corrigia. Eu moro em um sobrado, nada monstruoso, mas eu pago 900 reais de IPTU por 280 metros quadrados de construção. Isso é muito pouco. Então, eu acho que é uma grande demagogia. Não é justo. É evidente que têm áreas em que precisaremos ter coragem para revisar.

Então, eu diria o seguinte: esse Orçamento... Eu diria que V.Exa., Ricardo Nunes, está com a faca e com o queijo na mão. Primeiro porque ele veio tão defasado que não podemos cair naquela coisa que “em terra de cego quem tem um olho é rei”, porque vai ser muito fácil V.Exa., no bom sentido da palavra, distribuir recursos. A outra coisa é o caixa que existe na Prefeitura. Eu acho esse Orçamento, por mais que o Secretário tenha competência e

elaboração, eu sempre elogiei, também, os Secretários anteriores, que eram grandes gestores e tinham muita responsabilidade com as finanças do Município, e isso temos de dizer. Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal hoje é diferente de não muito tempo atrás, de apenas 4, 5 anos atrás. A Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje, nos dá uma coisa chamada cadeia para quem não tiver juízo. Então, nesse aspecto, quero elogiar os Secretários passados e o Secretário agora, no que diz respeito à responsabilidade com o Orçamento.

Agora, este Orçamento não tem pé, nem cabeça, porque ele reduz e o dinheiro está aí. O dinheiro está no caixa. Este Orçamento é o melhor de todos, da história, porque já tem dinheiro agora, que vai sobrar, e muito dinheiro para vir. E as privatizações, Secretário, estão muito mal explicadas. Tem um milhão mal distribuído lá dentro, com rubricas de 16, 15 mil reais para a Educação. E o Prefeito fala, de boca cheia, que as privatizações trarão 7 bi para a cidade de São Paulo. Então...

Mas o Prefeito não dá mais para levar a sério. Não dá, porque é uma atrás da outra, uma bobagem atrás da outra que sai na cidade de São Paulo, e V.Exas. não têm culpa por terem um padrão tão desnorteado com as finanças públicas. Hoje, ele está lá em Brasília. Ele está em Brasília, mas, ao mesmo tempo, o Secretário não vem mais nada de lá. Então, o que ele está fazendo lá? É a prova que ele é um turista da cidade de São Paulo.

Então, temos de tomar muito cuidado com este Gestor que está, aqui, na cidade de São Paulo.

O Orçamento da cidade de São Paulo e a arrecadação, que se instituiu... E, aí, temos de fazer justiça: foram atitudes impopulares, de uma Gestão anterior, que criaram condições de melhorar dessa maneira. Não é só o PPI, não. Foi a correção da Planta Genérica, que nos custou caro, nos custaram votos na periferia. Fomos acusados, lá na Capela do Socorro, onde baixou o valor, que estávamos aumentando o IPTU.

Então, essas coisas, precisamos registrar que houve um juízo muito forte, com relação à capacidade de arrecadação do Município. E está provado: aquilo que é do

contribuinte, do Município – ITBI, ISS e o IPTU – cresceram em uma média de 14%. Aquilo que vem do Estado, não cresce. Aquilo que vem do Federal, está zerado. Então, o município, da cidade de São Paulo, está fazendo a sua parte.

Portanto, eu sei que 14 audiências nunca serão o ideal, mas é um esforço. Acho que dá para fazer um bom debate.

O Presidente da Casa esteve aqui, se comprometeu a dar maior publicidade às audiências públicas. Para essas audiências regionais, eu faço, aqui, um apelo, para que não sejam audiências, esvaziada. O Prefeito Regional que não comparecer será citado nominalmente. Eu tenho uma desconfiança de que a presença dos Prefeitos Regionais será de zero para baixo. Eu já tenho essa denúncia. Estão dizendo que é palanque de esquerda, que é palanque de petistas. O Fábio, que acompanha muito o orçamento, nós vamos denunciar a ausência desses Prefeitos Regionais que não estiverem presentes para discutir o orçamento em suas respectivas. Nós não vamos brincar de fazer audiência pública regional aqui não.

Então, queria agradecer o Caio, mais uma vez, por estar presente. Repito, eu diria que, às vezes, você é mais presente aqui do que alguns Vereadores e têm nos apoiado na Comissão de Finanças e Orçamento. Não tenho dúvida de que a transparência que o relator Ricardo Nunes já imprimiu quando já foi relator do orçamento, ela vai se repetir nas comissões temáticas, oficinas, a forma com que você sempre cuidou do orçamento. Tenho certeza de que as associações, os fóruns que representam suas respectivas pastas vão estar presentes o tempo todo na elaboração do orçamento. Agradeço a oportunidade estar falando.

O SR. RICARDO NUNES - Só quero pedir para juntar na pasta J um documento recebido do conselho participativo de São Miguel, documento recebido pelo fórum do hip hop e o documento recebido do grupo dos AGPPs. Pode juntar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário Caio Megale.

O SR. CAIO MEGALE - Agradecer a atenção de todos os Vereadores. O orçamento é resultado de um trabalho intenso da Secretaria da Fazenda e equipe técnica junto

com as demais secretarias. Dos pontos comentados, o Vereador Ricardo Nunes comentou a maioria deles, concordo com grosso do que foi colocado.

O tema que a Vereadora Soninha mencionou sobre custo, contrato, são 20 milhões todos esses defeitos a gente precisa olhar bastante para o efeito não só do custo corrente como o custo atuarial que gera na previdência. Eu tenho falado aqui, o espaço que a previdência vem tomando dentro do orçamento público, muitas vezes a gente sente falta de recursos em uma área, outra área, parece que são coisas isoladas, mas é um sintoma de um processo maior que são poucas linhas orçamentárias crescendo rapidamente, tomando conta do orçamento e acaba gerando sintomas em várias áreas, em várias regiões. O orçamento precisa ser olhado sobre esta sobre ótica, sobre essa gestão.

O Vereador Jair Tatto comentou que precisa aumentar tudo. Aí só tem duas maneiras: ou infla a receita ou não dá para aumentar tudo, tem que ver onde a gente vai ajustar. Eu fiz esse comentário. O debate está aberto, é uma questão não só de orçamento. O orçamento deve buscar o equilíbrio e a alocação desse orçamento é uma questão de política pública que tem que ser discutido com o Executivo, Legislativo e sociedade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Só reforçar que no dia 21, próximo sábado, nós temos audiência regional da região Oeste, na Lapa, Rua Constança, nº 72. Na parte da tarde, às 14h, no CEU Jambiro, audiência pública regional da região Leste.

O SR. RICARDO NUNES – Só deixar registrado que tivemos 38 munícipes participando da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – 38 munícipes é muito razoável. Na segunda-feira também. 15 Vereadores presentes. O Presidente aqui presente, vice-presidente. Segunda-feira, às 10h, o tema saúde e outros temas. Na parte da tarde, a partir das 14h, transporte e mobilidade urbana.

Obrigado a todos e uma boa tarde.